

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXII

FLORIANÓPOLIS, 19 DE AGOSTO DE 2013

NÚMERO 6.586

MESA

Joares Ponticelli
PRESIDENTE

Romildo Titon
1º VICE-PRESIDENTE

Pe. Pedro Baldissera
2º VICE-PRESIDENTE

Kennedy Nunes
1º SECRETÁRIO

Nilson Gonçalves
2º SECRETÁRIO

Manoel Mota
3º SECRETÁRIO

Jailson Lima
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Aldo Schneider

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Valmir Comin

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Carlos Chiodini

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Ana Paula Lima

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Dóia Guglielmi

DEMOCRATAS

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Líder: Angela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Altair Guidi

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Mauro de Nadal - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
José Nei A. Ascari
Jean Kuhlmann
Ana Paula Lima
Dirceu Dresch
Serafim Venzon
Narcizo Parisotto
Aldo Schneider

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Volnei Morastoni
Darci de Matos
Aldo Schneider
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Dirceu Dresch - Presidente
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente
Edison Andrino
Moacir Sopelsa
Reno Caramori
Dóia Guglielmi
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Marcos Vieira - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Ciro Roza
Dirceu Dresch
Aldo Schneider
Renato Hinnig
Angela Albino

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei A. Ascari - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Taxista Voltolini
Luciane Carminatti
Dirce Heiderscheidt
Antonio Aguiar
Serafim Venzon

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Taxista Voltolini - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Aldo Schneider
Edison Andrino
Dado Cherem
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Angela Albino
Valmir Comin
Neodi Saretta
Luciane Carminatti
Renato Hinnig
Antonio Aguiar
Marcos Vieira

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
José Nei A. Ascari
Dirceu Dresch
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dóia Guglielmi

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Gelson Merisio
Dirceu Dresch
Carlos Chiodini
Moacir Sopelsa
Dado Cherem

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Neodi Saretta - Presidente
Taxista Voltolini - Vice-Presidente
Ciro Roza
Valmir Comin
Dirce Heiderscheidt
Edison Andrino
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Dóia Guglielmi - Presidente
Jorge Teixeira
Gelson Merisio
Valmir Comin
Luciane Carminatti
Volnei Morastoni
Moacir Sopelsa
Antonio Aguiar
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Luciane Carminatti - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Jorge Teixeira
Dirce Heiderscheidt
Antonio Aguiar
Gilmar Knaesel
José Milton Scheffer

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Reno Caramori
Ana Paula Lima
Renato Hinnig
Marcos Vieira

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Antonio Aguiar - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Ismael dos Santos
Sargento Amauri Soares
Carlos Chiodini
Dado Cherem

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Angela Albino - Presidente
Jean Kuhlmann - Vice-Presidente
Reno Caramori
Volnei Morastoni
Edison Andrino
Dirce Heiderscheidt
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Antonio Aguiar - Vice-Presidente
José Milton Scheffer
Sargento Amauri Soares
Jorge Teixeira
Mauro de Nadal
Serafim Venzon

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Jean Kuhlmann - Presidente
Aldo Schneider - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Volnei Morastoni
Mauro de Nadal
Taxista Voltolini
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Serafim Venzon - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Dirce Heiderscheidt
Carlos Chiodini
Valmir Comin
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Ana Paula Lima - Vice-Presidente
Antonio Aguiar
Dado Cherem
Reno Caramori
Gelson Merisio
Sargento Amauri Soares

DIRETORIA LEGISLATIVA**Coordenadoria de Publicação:**

Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição.

Coordenador: Carlos Augusto de Carvalho Bezerra

Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:

Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.

Coordenadora em exercício:
Rita de Cassia Costa

DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES**Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:**

Responsável pela impressão.

Coordenador: Francisco Carlos Fernandes Pacheco

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

EXPEDIENTE



Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
 Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
 CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
 Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXII
 NESTA EDIÇÃO: 28 PÁGINAS
 TIRAGEM: 5 EXEMPLARES

ÍNDICE**Publicações Diversas**

Audiência Pública	2
Atas de Comissões	
Permanentes	12
Avisos de Licitação	14
Avisos de Resultado	14
Extratos	15
Projeto de Lei	24
Redações Finais	25

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA DEBATER A PREVISÃO DA VERBA DIRECIONADA À ESTRUTURAÇÃO DOS CENTROS DE REFERÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA, PREVISTA NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, REALIZADA NO DIA 16 DE JULHO DE 2013, ÀS 9H, NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

No dia 16 de julho de 2013, às 9h, reuniram-se autoridades e a sociedade em geral no Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright, na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), para a audiência pública promovida pela Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher com o intuito de debater a previsão da verba direcionada à estruturação dos Centros de Referência e da Assistência Social (CRAS) do Estado de Santa Catarina, prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A **mestre de cerimônias, senhorita Soraila Boabaid**, disse que nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense daria início ao evento da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher da Alesc, requerido pela Deputada Estadual Luciane Carminatti. Em seguida, para compor a mesa dos trabalhos, convidou a Deputada Estadual Luciane Carminatti, Presidente da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher da Alesc; a Juíza de Direito Brigitte Remor de Souza May, da Vara da Infância e da Juventude do Município de Florianópolis; a senhora Simone Machado, representando o senhor João José Cândido da Silva, Secretário de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação; a senhora Solange Bueno, presidenta do Conselho Estadual de Assistência Social; o senhor Alessandro Balbi Abreu, Secretário de Assistência Social do Município de Florianópolis; e a senhora Kely Aparecida dos Santos, membro do colegiado do Fórum Estadual de Assistência Social. Na sequência, registrou a presença da senhora Marlene Dias, representando o senhor Léidio Coelho, Secretário Municipal de Assistência Social do Município de São José; da

senhora Anice Beirão, Secretária Municipal de Assistência Social de Canelinha; do senhor Roberto Carlos Schotten, Secretário de Assistência Social do Município de Aurora; do senhor Antônio Varela, Secretário de Assistência Social do Município de Pomerode; da senhora Scheila Dias, Secretária de Assistência Social do Município de Tijucas; da senhora Bárbara Kirsten, Secretária de Assistência Social e Habitação do Município de Rio do Sul; do senhor Jerônimo Luiz Duarte Maia, gerente de Planejamento e Avaliação da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação; do senhor Fabiano de Andrade, Secretário de Assistência Social do Município de Alfredo Wagner; da senhora Kátia Ribeiro Freitas, gerente de Gestão da Política de Assistência Social da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação; do senhor Nivaldo José Estevão, Secretário de Assistência Social e Habitação do Município de Pouso Redondo; da senhora Marlete Heinz, Secretária de Administração e Finanças do Município de Presidente Nereu; da senhora Liana Cordeiro, representando o senhor Flávio Bernardes, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional (SDR) da Grande Florianópolis; do senhor Nicolau Kohn, Vice-Prefeito do Município de Aurora; do senhor Jairo da Silva, presidente da Associação Catarinense para Integração do Cego (Acic); do senhor John Lenon Piva, coordenador do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do Município de Canelinha; da senhora Rosângela Campos, representando a Deputada Estadual Dirce Heiderscheidt; da senhora Valéria Carvalho, representando a Deputada Estadual Ana Paula Lima; do senhor Leonardo Apolinário Inácio, secretário da diretoria da Federação Catarinense de Entidades De e Para Cegos (Fecec); do senhor Allan Diego Eleutério, chefe da Assistência Social do Município de Balneário Piçarras; do senhor Guilherme Adelino Neu, representando a senhora Eliane Edingger, Secretária de Assistência Social do Município de Braço do Trombudo; e da senhora Edenize Maria Francisco, representando a senhora Selma Elias Westphal, Secretária de Assistência Social e Habitação senhora Eliane Edingger de Imbituba. Após o registro de presença, passou a palavra à Deputada Estadual Luciane Carminatti, Presidenta da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, para a condução dos trabalhos da audiência

pública. A **senhora Presidente, Deputada Estadual Luciane Carminatti**, cumprimentou os presentes e desejou a todos que fossem bem-vindos à reunião e tivessem uma boa audiência, para que ao seu final pudessem ser construídos encaminhamentos concretos. A seguir, informou que aquela mesa não tinha a possibilidade e a prerrogativa de definir o Orçamento, porém, ele sempre dependia muito da mobilização e da organização da sociedade. Dito isso, contou acreditar ser aquele o papel que tinham, qual seja, o de tencionar, de discutir, de dialogar, de apontar caminhos para que a assistência social se tornasse de fato uma política de Estado e tivesse recursos suficientes para garantir o cofinanciamento dos CRAS – Centro de Referência de Assistência Social – em cada Município e de toda a política de assistência social. Ante o exposto, disse que um dos grandes desafios era que existia um orçamento da assistência social, do trabalho e da habitação na mesma Secretaria, questionando qual era a fatia que a assistência social tinha para executar as suas políticas no Município. Como Coordenadora da Frente em Defesa do Suas – Sistema Único de Assistência Social –, afirmou que era preciso avançar em termos de orçamento, pois Santa Catarina tinha o segundo pior orçamento do Brasil na assistência social e era um dos piores Estados na execução de medidas socioeducativas, o que obviamente tinha a ver com recursos, porque não se fazia política sem recursos públicos. Também afirmou que todas as áreas estavam trabalhando naquela linha, como educação, saúde, segurança pública, na qual atualmente estavam discutindo um sistema de segurança pública com orçamento predeterminado, assim como para a cultura estavam discutindo 1% do Orçamento, reafirmando o seu questionamento de qual fatia efetivamente existia para a assistência social. Continuando, declarou que em Santa Catarina existiam 350 mil famílias cadastradas e 100 mil recebiam o Bolsa Família; e que atualmente o financiamento do CRAS custava aos cofres públicos R\$ 300 por educando, enquanto no sistema de alta complexidade o valor era de R\$ 2,5 mil ou seja, o maior investimento tinha que se dar no atendimento básico, no qual se podia garantir que os demais recursos não fossem elevados. Em seguida, disse que o desejo era o de que se pudesse garantir que a partir da discussão naquela audiência, juntamente com todas as entidades, ficasse construído um debate com o governo do Estado até o final do ano corrente, quando se teria a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que definiria os recursos a serem aplicados em cada área para 2014. Indo mais além, falou que nos dias atuais tinham a LDO sem grandes interferências porque as diretrizes orçamentárias já estavam previstas, mas que a partir daquele momento era preciso estabelecer um processo contínuo e permanente de diálogo com o Poder Executivo no sentido de garantir mais recursos para a assistência social. Prosseguindo, informou que outro debate que gostaria de colocar naquele momento dizia respeito aos recursos de financiamento do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – que tinham vindo para Santa Catarina, aprovados pela Alesc, e que estavam sendo destinados às diferentes áreas, dentro da chamada Lei do Fundão, sendo que parte iria para a assistência a fim de que fossem construídos equipamentos públicos de assistência, como centro do idoso e CRAS. Isso posto, ressaltou que a discussão necessária a ser feita era se aquilo era suficiente, ou quem sabe aquela audiência poderia dizer que além da construção de CRAS, de centros de idosos, de bancos de alimentos, de restaurantes populares, conforme previsto em lei, existiam outras demandas de estruturação dos CRAS e dos Creas – Centro de Referência Especializado de Assistência Social – do ponto de vista de equipamentos e não de custeio. A seguir, perguntou se era possível discutir algum recurso direcionado a equipamentos para os CRAS, e exemplificou indagando se atualmente todos os CRAS tinham à sua disposição veículos a fim de que as equipes pudessem se locomover, quais eram os equipamentos existentes nos CRAS nos dias atuais que davam a condição de acolher bem uma família, um adolescente, uma mãe, um idoso. Dito isso, repetiu que eram duas questões que desejava registrar, quais sejam, o processo de definição da Lei Orçamentária, que se definiria no final do ano corrente e a partir dali seria construído um processo de diálogo para avançar, se aquela audiência entendesse que eram necessários mais recursos; e o fato de existirem recursos para a estruturação dos CRAS, dos equipamentos públicos já existentes, e para a construção de novos CRAS, que estavam sendo definidos pelos

Municípios, pois tinha que ser definido se se iria trabalhar com aquilo ou não. Indo além, afirmou que, apesar de ter colocado aqueles dois itens para definição, a audiência pública era soberana para fazer a reflexão adequada. Após aquelas breves considerações, a senhora Presidente deu por aberta a audiência pública e convidou para compor a mesa o Deputado Estadual Antônio Aguiar, membro da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher e Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, ambas da Alesc, que também tinha tudo a ver com a assistência. Em seguida, passou a palavra à Juíza de Direito Brigitte Remor de Souza May, da Vara da Infância e da Juventude do Município de Florianópolis, dizendo que era muito bom poder contar com a presença da Juíza, porque de fato chegavam muitos questionamentos ao Poder Judiciário quando havia ausência de políticas públicas ou quando elas eram insuficientes. Ato contínuo, a **Juíza de Direito Brigitte Remor de Souza May, da Vara da Infância e da Juventude do Município de Florianópolis**, desejou um bom dia a todos e disse que era muito importante estarem todos ali para discutir a questão da assistência social no Estado de Santa Catarina. Dito isso, afirmou que o que se via dentro do Poder Judiciário era uma falta de atenção à política de assistência social básica, no atendimento às famílias, no caminho da assistência na prevenção, porque o Poder Judiciário lidava com as questões quando não havia prevenção ou quando ela era insuficiente, entrando de forma invasiva na vida das pessoas para retirar filho, para prender adolescente que estava em ato infracional, dentre outros itens. A seguir, disse que do trabalho realizado se podia perceber, se muitas vezes aquela família tivesse algum tipo de acompanhamento, de encaminhamento para programas, que seria um exercício de cidadania, porque a maioria das famílias que chegava ao Fórum não tinha noção nenhuma do que havia no Município, de quais eram os seus direitos e do que elas poderiam fazer para melhorar a sua vida e a dos seus filhos. Continuando, ressaltou que a luta para aumentar o percentual na questão da assistência social do Estado de Santa Catarina também era uma luta do Poder Judiciário, a fim de que se pudesse trabalhar de forma preventiva para que não se tivesse, por exemplo, que discutir crise de segurança pública no Estado. Prosseguindo, falou que, se se conseguisse trabalhar bem a prevenção, se se obtivesse percentuais melhores no Orçamento para a assistência social em Santa Catarina, tinha certeza que nos próximos anos não precisariam estar reunidos para discutir aquele tema, como já tinha acontecido naquele mesmo plenarinho quando ali esteve para discutir o enfrentamento da violência em Santa Catarina. Isso posto, informou que atualmente era investido muito mais depois que a situação já estava posta do que na prevenção, sendo preciso inverter aquela dinâmica de atendimento, ou seja, o Estado tinha que empregar muito mais verbas na prevenção para que ele não precisasse atuar na repressão, e quanto mais o Estado demorasse a acordar para a necessidade de aumentar o percentual mais seria necessário discutir a questão da violência e de pessoas que se fossem atendidas no momento certo não chegariam àquele ponto. Em seguida, apelou no sentido de que todos se mobilizassem todos os dias, até que se conseguisse sensibilizar o governo do Estado a traçar como uma das suas metas tirar Santa Catarina da estatística de ser um dos piores Estados com aquele índice. Concluiu a sua manifestação reforçando a colocação de que todos deveriam se unir, porque a prevenção era o caminho e tinham que fazer o Estado acordar para aquilo, colocando-se à disposição de todos. Na sequência, a senhora Presidente passou a palavra ao **Deputado Estadual Antônio Aguiar, membro da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher e Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, ambas da Alesc**, que saudou todos os presentes que se importavam com a assistência social do Estado. Na sequência, afirmou que prevenção era a palavra-chave e parabenizou a Juíza Brigitte pela sua manifestação, declarando que o importante era ter estrutura. Complementou dizendo que sozinho não se conseguia nada, nem os Municípios, nem os Estados, nem a União, e que era necessário fazer com que a parte social fosse reestruturada. Dito isso, informou que no passado havia feito uma lei criando uma vaga de assistente social em cada escola, a fim de que a prevenção acontecesse na escola, de que a educação se desse por meio do assistente social da escola. Prosseguindo, disse que as estruturas a serem criadas eram estruturas de governo estadual, de governo municipal e de sociedade, mas principalmente de governo federal,

que arrecadava 70% dos impostos, sendo que 11% iam para os Municípios e 19 % iam para os Estados, portanto, ficando o grosso do dinheiro na mão do governo federal. Indo além, afirmou que aquela luta não poderia ser partidária, mas de todos por uma sociedade melhor, para que a assistência social realmente acontecesse no País. Manifestando-se a respeito da estrutura, referiu-se ao CRAS de Canoinhas dizendo que o mesmo deveria ter um psiquiatra disponível, um psicólogo disponível, a fim de que fosse criada uma equipe multidisciplinar. Em seguida, afirmou que estava vivendo aquela situação no seu Município de Canoinhas, o que poderia não ser a realidade dos demais, pois cada local tinha uma estrutura diferente. Ante o exposto, disse que a ideia de criar uma equipe multidisciplinar na área da assistência social era relacionada ao Poder Judiciário, justificando aquela colocação em função de uma reportagem veiculada naquele dia na Rede Globo a respeito dos drogados. Posto isso, observou que muitas pessoas falavam que os drogados não diziam respeito à assistência social, mas avaliava que sim, do mesmo modo como também dizia respeito à saúde e à educação. Continuando, registrou o encaminhamento de uma lei para o plenário da Alesc na semana anterior que criava o internamento compulsório dos drogados, através da qual o Poder Judiciário decidia se ele iria para a clínica de internamento ou para a cadeia, como aconteceu nos Estados Unidos. [Taquígrafa-Revisora: Siomara G. Videira] Ante o exposto, falou que Santa Catarina não era os Estados Unidos, mas deveria haver mais rigor nas decisões do Estado. Indo além, afirmou que o drogado não possuía vontade própria e que poucas vezes entrava na realidade, dizendo que a sociedade deveria ajudá-lo, assim como as famílias daqueles indivíduos, e que esta era uma função legítima dos assistentes sociais. Finalizando, disse esperar que aquelas colocações gerassem debates e ideias que contribuíssem para a melhoria da sociedade. Ato contínuo, a palavra foi concedida ao **senhor Alessandro Balbi Abreu, Secretário de Assistência Social do Município de Florianópolis**, que contou ter duas questões importantes a dizer. A primeira era que se mostrava favorável a que toda a verba aplicada à assistência social que viesse do Estado ficasse concentrada, centralizada na Secretaria de Estado, observando que era completamente contrário à distribuição de valores de receitas de orçamento para as Secretarias Regionais no sentido destas fazerem aplicações paralelas. A seguir, disse que se os recursos fossem centralizados na Secretaria de Estado a distribuição seria mais apropriada e dada de forma mais proporcional às necessidades, falando que a partir disso poderiam ser trabalhadas outras iniciativas que o Estado não podia fazer em função da falta de controle. Prosseguindo, falou que a realidade de Florianópolis era muito distinta da realidade dos outros Municípios do Estado, pois havia outro tipo de estrutura na Capital, mas que tentava pensar a situação do Estado como uma coisa só. A respeito dos CRAS – Centros de Referência e da Assistência Social –, disse que a questão era de extrema importância, pois muitos Municípios não possuíam CRAS próprio, e que muitas cidades não tinham condições de manter aqueles equipamentos porque tinham um custo elevado de manutenção, assim como a questão do pessoal, falando que Florianópolis tinha condições de abrir novos equipamentos mas não possuía uma equipe de referência para ocupar os postos disponíveis. Dito isso, contou ter feito um apelo, inclusive à Ministra, para que fossem utilizados recursos recebidos para a contratação de pessoal, pois de nada adiantava os equipamentos sem os profissionais necessários para tocar os serviços. Continuando, frisou que, caso houvesse aquela centralização de recursos por parte da Secretaria estadual, o Estado poderia contribuir com a construção dos equipamentos e com a manutenção deles. Dito isso, falou que a Secretaria Regional estava fazendo a sua política e o Estado estava fazendo a sua, e que havia choques entre as Secretarias, afirmando que a centralização de recursos possibilitaria maior participação dos conselhos, dos Municípios e da população, tratando, assim, a política pública da assistência social em separado das questões político-partidárias e regionais. Disse que desta maneira os recursos seriam melhores distribuídos, de forma proporcional e equânime, com a Secretaria sabendo o montante de recursos destinados às regiões e os gestores e Secretários sabendo como estes recursos estavam sendo aplicados. Novamente frisou que cada vez mais deveria ser integrada a participação da sociedade civil com o governo, com o Município, com todas as entidades, com o Judiciário e com o Conselho Tutelar, trabalhando a assistência social como

uma coisa só. Finalizando, apelou a todos para que começassem a pensar em acabar com aquela dissolução dos recursos, centralizando-os no Fundo Estadual da Assistência Social, de onde deveria sair a gerência daqueles recursos. Na sequência, a senhora Presidente passou a palavra à **senhora Kely Aparecida dos Santos, membro do colegiado do Fórum Estadual de Assistência Social**, que comentou estar representando as instituições de assistência social, declarando-se profunda conhecedora da realidade vivida pelos profissionais do setor no Estado, dificultado pela falta de recursos e de investimentos por parte do governo. Dizendo que havia boa vontade por parte das pessoas, principalmente dos técnicos da assistência social, que se esforçavam para prestar um bom serviço à população, falou que somente aquela boa vontade e o empenho daqueles profissionais não davam conta das demandas existentes. Em seguida, afirmou que havia um pouco de descaso com a assistência social em Santa Catarina, informando que historicamente as políticas da assistência social sempre sofreram pela falta de recursos. Prosseguindo, contou ser muito triste ter que comunicar a uma pessoa necessitada que não tinha como encaminhá-la a uma instituição de assistência social, falando que o povo brasileiro clamava por melhores condições nas áreas da saúde, da segurança e da educação, e que a assistência social, mesmo esquecida nas manifestações populares que eclodiram pelo País, estava interligada a todas aquelas áreas. Disse que deveria haver um cuidado especial com a família, principalmente na questão da prevenção ao uso do crack, que deveria ser trabalhada em conjunto com a Segurança Pública e com a Saúde, falando que as políticas públicas atuavam principalmente quando o problema já estava instaurado, quando na verdade deveria tratar melhor a questão da prevenção. Contou que via muitas pessoas trabalharem, tentando fazer o melhor possível, mas infelizmente não eram valorizadas por conta de questões orçamentárias. Ao final, disse que muitos equipamentos da área da assistência social haviam sido instalados, porém, faltavam pessoas qualificadas para atuarem com aqueles equipamentos e nas instituições, o que impossibilitava a feitura de políticas de assistência social efetivas, como é direito dos cidadãos. Retomando a palavra, a **senhora Presidente** registrou a presença da senhora Arlete Carminatti Zago, presidente da Comissão de Assistência Social da Ordem dos Advogados do Brasil de Santa Catarina – OAB/SC –, representando o senhor Tullo Cavallazzi Filho, presidente da entidade; da senhora Elizabeth Bahia Espindola Bittencourt Ferrer, coordenadora do Fórum de Políticas Públicas do Município de Florianópolis e conselheira do Conselho Estadual de Assistência Social; e da senhora Tereza Nunes, representando o Vereador Ricardo Vieira, de Florianópolis. Ato contínuo, passou a palavra à **senhora Solange Bueno, presidente do Conselho Estadual de Assistência Social**, que exaltou a iniciativa da realização daquela audiência pública, principalmente pelo fato da reunião estar sendo realizada um pouco antes do processo do Orçamento do Estado, no intuito de que aquele processo fosse acompanhado; assim, no final do ano não haveria a constatação de que o Orçamento não daria para nada. A seguir, disse que alguns pontos poderiam ser trabalhados, como a questão de como estava sendo pensado o orçamento da Assistência Social para o ano de 2014, afirmando que a situação trazida pelo Secretário da Assistência Social de Florianópolis era muito séria. Falou que ela, enquanto controle social e responsável pela deliberação do Fundo Estadual da Assistência Social, considerava que os recursos públicos destinados àquele Fundo eram pífios. Dito isso, informou que aquela situação não significava que não havia fontes dentro do Estado com a rubrica da Assistência Social, porém, as fontes não estavam dentro do Fundo Estadual, falando que aquelas fontes precisavam ser identificadas e trazidas para o Fundo. Indo além, disse que dentro das Secretarias existiam várias fontes com a rubrica da Assistência Social e que deveria haver um trabalho de identificação daquelas fontes. [Taquígrafa-Revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos] Informou, a seguir, que em relação à estrutura e aos equipamentos para a Assistência Social havia sido feito, através do Pacto, financiamento para 79 CRAS, que haviam ficado à parte do Fundo Estadual por questões jurídicas; que no ano anterior tinham a rubrica para a construção e que o próprio Conselho Estadual havia feito critérios em relação à construção e à distribuição dos CRAS durante três anos consecutivos. Prosseguindo, anunciou que aquele seria mais um item que precisariam trabalhar a fim de que o orçamento fosse destinado à assistência social e contou estarem há três anos

tentando uma audiência com o Governador e até os dias atuais o Conselho Estadual não havia conseguido chegar nem à sua porta. Ante o exposto, afirmou que o Governador precisava saber o que era a assistência social, bem como todas as pessoas, pois viram coisas descabidas, como no orçamento regional da Grande Florianópolis os benefícios serem direcionados à construção de estrada, alegando ser aquela atitude um total desconhecimento e uma afronta à Assistência Social. Continuando, disse que estavam construindo um processo legal e transparente sobre a execução do dinheiro público, e que aquilo não estava sendo visto no Estado de Santa Catarina; que, se assim não fosse, não seriam o segundo no *ranking* do Brasil na área da assistência social, ressaltando que o desconhecimento atrasava muito a efetivação do Suas. Dirigindo-se à Deputada Luciane Carminatti, falou que precisavam mudar o entendimento dos técnicos em relação à política da Assistência Social, pois eles poderiam achar que o valor de R\$ 5 milhões era muito para o Município, mas o que eles não sabiam era que aquele valor para a Assistência Social não era nada. Ao encerrar, ainda falou que a rotina dos Municípios era a tentativa de implementar os serviços naquela área, e desejou um bom trabalho a todos. Retomando a palavra, a **senhora Presidente** informou que a assessoria estava fazendo as inscrições para aqueles que desejassem se manifestar e concedeu a palavra à **senhora Simone Machado, representando o senhor João José Cândido da Silva, Secretário de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação**, que, inicialmente, cumprimentou todos. Em seguida, disse que era uma alegria e ao mesmo tempo um alívio participar da mesa naquela audiência porque no ano de 2012, quando entrara na Secretaria, aquele processo já havia sido conduzido, acrescentando que tiveram vários entraves e entendimentos que não poderiam mais retomar porque em várias etapas não puderam participar. Também disse que estava feliz em ver a Assembleia Legislativa abrir espaço para definir uma pauta de discussão propositiva, em que trabalhariam com a realidade do Estado em prol daqueles que realmente estavam na ponta. Ressaltando que todos que ali estavam eram comprometidos e sabiam das dificuldades e dos desafios a serem enfrentados, bem como sabiam onde estava o gargalo, que era no Município, o qual prestava o serviço diretamente à população, afirmou que a atual gestão estadual reconhecia aquilo e criava esforços e estratégias para minimizar algumas daquelas questões. Quanto ao Estado catarinense ser o segundo no *ranking* nacional em relação aos investimentos na assistência, quis saber qual era a fonte daquela informação. Sobre os investimentos, declarou que vinham observando que era na CIB – Comissão Intergestora Bipartite – onde os outros Estados tinham um volume maior de investimento, mas não tinham todos aqueles recursos alocados no seu Feas – Fundo Estadual de Assistência Social –; que eles reuniam o FIA – Fundo da Infância e Adolescência – e outras fontes de recursos e no global de tudo eles atingiam um nível de recurso bastante significativo, ainda quem do que as comunidades entendiam como essencial, afirmando que aquele ainda era um panorama social, visto que todos os Estados estavam lutando por investimentos. Prosseguindo, informou que no Estado de Santa Catarina ainda não haviam tomado a atitude de fazer o englobamento porque entendiam que tinham que lutar pela efetivação do Feas – Fundo Estadual de Assistência Social –, bem como para que tivesse o seu recurso especificado, independentemente da sua partilha ou da pulverização daquela fonte. Sobre o *ranking* catarinense, citou ser o questionamento que gostaria de fazer, porque várias pessoas já haviam falado sobre aquilo e que eles vinham escutando sobre o assunto com frequência, afirmando que não sabiam o paradigma que estavam utilizando para a leitura em relação aos outros Estados. Comentando sobre a prevenção, deu ciência de que de fato aquela era a única bandeira, pois os CRAS eram a principal alavanca para a transformação, prevendo que se não instrumentalizarem os Centros de Referência de Assistência Social seriam apenas ações paliativas, seriam ações que nunca dariam conta de ter Creas e centros-dia suficientes, visto que a ação do Estado não iria atingir o foco, a fonte, a base de tudo. Na sequência, informou que o Secretário João José Cândido havia assumido o compromisso de resgatar as dívidas anteriores porque aquela era a realidade na época em que assumiram a Secretaria. Também informou que tentaram saldar a dívida que o Estado tinha nas construções de equipamentos para os Municípios; que existiam resoluções pactuadas com recursos do Fundo que não haviam se efetivado

desde 2008, 2009; e que para muitos dos presentes aquilo poderia ser um discurso recorrente porque vinham dizendo isso na CIB, no Ceas – Conselho Estadual de Assistência Social. Acrescentando que realmente aquilo acontecera, falou que tinham várias resoluções que o Ceas pactuara, que haviam sido discutidas quando os Municípios iriam receber os equipamentos, mas que eles não haviam sido entregues. Indo além, disse que o Pacto pela Proteção Social resgatara as resoluções feitas e que foram incorporadas ao Pacto para a construção dos equipamentos aos Municípios, conforme a pactuação na época. Indo mais além, informou que atualmente tinham a licitação em andamento para mais ou menos trinta Municípios, da época que citara, e que seriam os primeiros contemplados a receber os equipamentos. A seguir, afirmou que não adiantava criar CRAS, Creas e centros-dia porque os gestores municipais iriam levar à tona a dificuldade do pagamento da folha, visto que todos estavam no seu limite prudencial. Informando que o Secretário Cândido tinha na sua gaveta uma relação com oitenta Municípios, desde janeiro de 2013, pedindo a construção de equipamentos, acrescentou que nem mesmo os gestores tinham a dimensão do que significava ter o equipamento de assistência e que se tivessem conhecimento daquela dimensão saberiam ampliar os equipamentos, e observou que mesmo assim tal estrutura requereria uma equipe. Prosseguindo, falou que atualmente a diretoria de Assistência Social vinha discutindo a necessidade de, junto ao Feas, encontrarem um mecanismo para subsidiar o Município no cofinanciamento da básica, dizendo que se conseguissem avançar para 2014, e talvez ainda para o ano atual, dariam um fôlego para que os Municípios recebessem recursos na básica e pudessem gerenciar o recurso federal para cobrir a folha de pagamento, visto que este recurso permitia o pagamento da equipe. Também disse que sabiam que a prevenção era a principal alavanca, mas todos tinham de saber que os Municípios precisavam estar prontos para receberem os equipamentos. Em relação ao trabalho de prevenção, discorreu que o Estado de Santa Catarina, apesar de todas as dificuldades, era atualmente o primeiro Estado na discussão e na organização da política de prevenção às drogas. Indo além, informou que falavam para o Ministério e para o governo federal a necessidade de ampliar a discussão sobre o assunto, visto que a discussão não era somente de combate ao *crack*, mas de enfrentamento de todos os tipos de drogadição que havia na sociedade. Ainda informou que, apesar de o Estado catarinense não estar recebendo nenhum recurso federal, as equipes estavam discutindo o assunto e propondo encontros regionalizados para tratar sobre as drogas, tudo aquilo dentro da estrutura do Estado, afirmando ser aquela uma ação importante porque boa parte das dificuldades e das vulnerabilidades que enfrentavam na assistência tinha como foco a questão da dependência química. Anunciando que desejava renovar o compromisso com a sociedade e com a Assembleia Legislativa, disse que a equipe da Secretaria de Estado, que estava presente àquela reunião, estaria naquela semana em fase de revisão do PPA e do Orçamento. Dito isso, solicitou que a equipe se levantasse e apresentou um a um, e ainda disse que a equipe estaria de portas abertas e à disposição de todos para conversar. Continuando, falou que, se conseguissem que algumas ações fossem executadas em 2014, conseguiriam fazer um movimento propositivo em prol das famílias, que eram o alvo do Sistema Único da Assistência Social. A seguir, informou que lutavam para receber e ampliar os recursos, e que vários Municípios de grande porte devolviam os recursos, supondo que teriam mais estrutura para fazer a gestão. Também informou que a Secretaria vinha pensando em algumas ações para instrumentalizar melhor os gestores; que no ano corrente, com a mudança de gestão, ficaria ainda mais complexo, visto as dúvidas que os gestores apresentavam; e que a Secretaria mostraria como deveriam utilizar os recursos com responsabilidade. Em relação aos equipamentos, falou que tinham previsão de capacitação de recursos para pelo menos 79 CRAS e que atualmente 30 deles já haviam recebido a licitação. Sobre isto, constatou que aquilo não havia entrado no Feas por uma questão jurídica, porque tinha outra fonte que era o BNDES, e devido àquilo ele não havia sido alocado, mas que as discussões em relação aos critérios de quem receberia ficariam pautados dentro da CIB. Em seguida, disse que sempre falaram para o Secretário sobre a importância de os Municípios estarem presentes a fim de que pudessem respaldar a realidade que mais necessitavam. Também disse que dentro do Pacto pela Proteção Social tinham os investimentos em veículos, visto a necessidade de

os CRAS atenderem a população e fazerem a busca ativa. Finalizando, informou que tinham R\$ 9,7 milhões de recursos para a aquisição de 243 veículos, acrescentando que aquela aquisição também era dentro do Pacto pela Proteção Social, e colocou-se à disposição de todos. Na sequência, passou a palavra à primeira inscrita, **senhora Elizabeth Bahia Espíndola Bittencourt Ferrer, coordenadora do Fórum de Políticas Públicas do Município de Florianópolis e conselheira do Conselho Estadual de Assistência Social**, que cumprimentou todos e disse que era aposentada do INSS, oriunda da LBA, e que vivenciava a assistência social desde 1975. Dito isso, informou que a sua vida profissional fora pautada dentro dos conselhos, desde o primeiro a ser criado, que fora o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. Falou que sempre continuaria ativa, mesmo estando aposentada, e que iria atuar direcionada às questões das políticas públicas, acrescentando que não se fazia assistência sem interface com as demais políticas e acompanhando todo o processo de desenvolvimento até que efetivassem o Sistema Único de Assistência Social. Também informou que coordenava o Fórum de Políticas Públicas de Florianópolis, que buscava interface com todos os conselhos, pois era a sociedade civil que estava sendo organizada e fortalecida para participar do processo de acompanhamento e de proposição para aquelas políticas. Isso posto, ressaltou o trabalho que as entidades das Organizações Não Governamentais estavam prestando aos usuários, fazendo a proteção social e complementando o serviço que o Estado tinha que realizar, cujo trabalho qualificou como muito importante. [Taquígrafa-Revisora: Iwana L. Lentz] Dito isso, declarou que havia muito que avançar, acrescentando que aconteceria a IX Conferência e que, no seu entendimento, não era preciso buscar mais estratégias, mas fazer cumprir o que já estava definido, pois a estrutura a respeito de tudo que deveria ser feito na política de assistência social já havia sido organizada por meio de um trabalho conjunto com a sociedade civil e o governo. Nesse sentido, afirmou que não haveria avanço se não se construísem meios de efetivar o que já estava previsto nos planos de ação, respeitando o que os Municípios determinaram em detrimento de demandas que foram diagnosticadas *in loco*. Observou que os planos tinham que ser implementados, e para tanto eram necessários recursos, principalmente para fortalecer as ações da proteção básica, que estava sendo levada em segundo plano, e dar prioridade às ações que pouco eram resgatadas dada a política de violação de direitos. Segundo a oradora, a ação não deveria ser feita isoladamente, e o Executivo e o Legislativo deveriam estar sintonizados, falando que muitas vezes o Executivo ficava engessado em razão de algumas leis que não avançavam, não flexibilizando a utilização de certos recursos. Por isso, enalteceu a importância do Legislativo em alterar leis e fazer emendas, para que se flexibilizasse melhor os recursos, utilizando-os nas necessidades evidenciadas pela população e que eram preconizados no próprio plano de ação do Município ou do Estado. Em seguida, reiterou a necessidade de se fazer cumprir, de executar, porque a população aguardava muito a garantia daqueles direitos. Diante disso, fez um apelo à Alesc para que os representantes do povo pudessem estar mais atentos à questão de verificar onde estavam os recursos alocados, se estavam devidamente alocados e se a lei estava impedindo aqueles recursos, pois, para ela, a lei deveria ser retomada, analisada e alterada. Registrou que a sua luta pelo Fundo Social era de muitos anos, pois ele vinha sendo executado pelo governo estadual e estava completamente desviado do que estava proposto na legislação da Constituição. Afirmou que o que era da assistência social tinha que ir para o Fundo da Assistência Social; que o que era da política da saúde tinha que ir para a política da saúde, e assim por diante. Mencionou que foi identificado que, desde o Estado até os Municípios, a função O8, que era o recurso que ia para a assistência social, estava pulverizada em várias áreas. Segundo ela, se a área da habitação já tinha o seu recurso da área da habitação, ela não iria fazer a assistência social, mas sim um trabalho para a população, privilegiando aquela que mais precisasse, e, da mesma forma a saúde. Então, disse que se já existia o recurso da habitação, não precisava existir o recurso para a assistência social da habitação. Reafirmou que o recurso da assistência social tinha que estar dentro do Fundo de Assistência para ser melhor aproveitado com a participação da sociedade civil que construía a política juntamente com o governo. Ponderou que

ninguém estava disputando que uma área era melhor que outra, pelo contrário, disse que queria construir coletivamente com a sociedade civil, com o governo, e com todos os entes responsáveis para garantir que a população realmente tivesse condições de ser protagonista, de atender as suas necessidades, e de poder participar ativamente da sociedade com mais justiça, com mais dignidade, e com condições de melhor estruturação para as famílias. Encerrou falando que estaria sempre atuante para reivindicar o necessário. A seguir, fez uso da palavra à **senhora Valéria Carvalho, representando a Deputada Estadual Ana Paula Lima**, que cumprimentou os presentes, especialmente o Secretário do Município de Florianópolis, enaltecendo a luta que vinha travando havia mais de doze anos contra o engodo das regionais. Mencionou um estudo realizado pela bancada do PT, segundo o qual o custeio daquelas regionais era cada vez maior e o investimento era zero, ou seja, burocratizou-se mais não resolvendo absolutamente nada. Então, considerou necessário travar uma luta sobre o encerramento das regionais. Em relação às Secretarias da Assistência, do Estado e do Município, falou que um ponto positivo era os técnicos de carreira estarem trabalhando, independentemente da questão política. Sobre o Fundo, disse que enquanto a maioria dos recursos da assistência continuar ficando no Feas, no orçamento disso ou daquilo, o dinheiro ficaria cada vez mais pulverizado sem se ter controle social. Também disse que percebeu um grande absurdo no *site* da Secretaria sobre a proposição de construção de totens virtuais, para o que, segundo ela, seriam gastos R\$ 18 milhões dos recursos do Pacto. Disse, ainda, que sempre ouviu falar que Santa Catarina era o segundo pior Estado em termos de recursos investidos em esgoto, perdendo apenas para o Piauí, mas desconhecia se ocorria o mesmo na área da assistência social. Outra questão apontada foi com relação aos benefícios eventuais, a respeito do que falou que desde 2009 vinha-se discutindo, fazendo-se planilha, sempre analisando quem era o menos pior para ter direito ao recurso. Dito isso, abordou a questão da educação permanente e da formação, julgando-a um avanço na assistência social e ponderando que os gestores deveriam avançar cada vez mais sobre aquilo, principalmente no ano atual, o ano das conferências. Nesse momento, a **senhora Presidente** interrompeu a senhora Valéria para registrar a presença, e chamá-lo para a mesa, do senhor João José Cândido da Silva, Secretário de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, o qual declinou de ir para a mesa. Continuando, a **senhora Valéria Carvalho**, ainda referindo-se às Conferências, considerou importante avaliar o que tinha e o que não tinha sido feito. Direcionando-se à senhora Simone, disse estar na Alesc havia quatro anos afirmando que a Casa sempre esteve aberta à questão do Orçamento, citando várias emendas propostas na assistência, como a das mulheres em situação de violência, a das casas-abrigo, frisando, no entanto, que nenhuma havia passado. Relatou que no ano passado houve um grande movimento com mais de duzentas pessoas para elencar três propostas na audiência regionalizada e que seria preciso aumentar a pressão. Para encerrar, afirmou não ser utopia o que o Estado vinha fazendo, porque utopia era uma coisa mais além, pois o Estado não estava garantindo o mínimo de direito que tinha a população e ainda continuava muito ausente nas questões de política da assistência social. Na sequência, a senhora Presidente passou a palavra ao **senhor Luís Antônio Rodrigues, conselheiro Tutelar de Florianópolis**, que, após os cumprimentos, disse que seria breve já que os participantes anteriores haviam falado muito bem; no entanto, falou que gostaria de reforçar a fala feita pela Solange. Também disse que o Conselho Tutelar, depois da conversa com a Solange Bueno e com a Elizabeth Bahia, começou a fazer uma participação dentro do fórum de políticas públicas com auxílio do Vereador doutor Ricardo e também começou a participação da Frente Parlamentar em Defesa da Assistência. Em seguida, afirmou que, atualmente, o Conselho Tutelar de Florianópolis estava focando a sua atuação na formação de políticas públicas na área da criança e do adolescente. Inclusive, agradeceu a presença do Secretário dizendo que ele estava fazendo um trabalho na área da criança e do adolescente que não era um trabalho político, mas um trabalho de Estado. Continuando, propôs que os próximos convites da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher também fossem direcionados aos conselhos da criança e do adolescente de todos os Municípios, para que se pudesse trazer novos aliados. Considerou complicado falar sobre atenção básica e sobre a média

e alta complexidade sem falar em conselhos tutelares, porque, segundo o orador, os próprios conselheiros tutelares estavam sendo os violadores. Falou que quando eles não conseguiam fazer um trabalho de atenção básica, a mãe acabava sendo a violadora e, infelizmente, o Conselho Tutelar iria ter que fazer o acolhimento institucional daquela criança. Julgou vergonhoso que alguns acolhimentos acontecessem daquela maneira, porque o Município e o Estado estavam falhando muito. Dito isso, mencionou uma audiência pública do Município sobre a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias – onde foi abordada a questão da subvenção dos Vereadores e falou que a subvenção atual dos Vereadores era maior que o recurso enviado para o Fundo da Assistência. Desse modo, disse que lá restou acordada a proposta de que parte das subvenções fosse direcionada pelos Vereadores ao Fundo da Assistência, destacando que Florianópolis, atualmente, recebia menos de 3%. Então, mencionou terem alguns Vereadores presentes na audiência se colocado à disposição para passar parte da sua subvenção ao Fundo. Nesse sentido, encerrando, solicitou aos Deputados comprometidos com a área da criança e do adolescente que tivessem a mesma coragem. Retomando a palavra, a **senhora Presidente** esclareceu que subvenção não era uma prática de todas as Câmaras de Vereadores, inclusive que a maioria das Câmaras Municipais não tinha subvenção social para os Vereadores, citando a de Chapecó, falando que da mesma forma acontecia com os Deputados, pois ela nunca teve uma subvenção social, mesmo se ela indicasse entidades. Parabenizou a luta referente ao assunto, dizendo ser preciso fazer política de Estado, e não de clientelismo. Ato contínuo, o **senhor Alessandro Balbi Abreu, Secretário de Assistência Social do Município de Florianópolis**, frisou que, como atualmente se trabalhava com o Orçamento decidido na gestão passada, percebeu-se que na LDO, o Orçamento era muito engessado com várias determinações legais, com verbas legais aplicadas. Em seguida, disse que a assistência não era contemplada, porque havia um valor mínimo a ser investido na educação, na saúde, na cultura, ou seja, falou que já havia várias leis municipais e estaduais que estabeleciam um percentual mínimo aplicável a determinadas Pastas, o que reduzia muito o valor que poderia ser distribuído. Do Orçamento de 2012, falou que, unindo o Orçamento da Secretaria com o do Fundo, o percentual não chegava a 4% na Capital, explicando que 51% eram comprometidos do Orçamento e a assistência social não tinha um valor garantido por lei. Desse modo, disse que se enfrentava o problema de estar preterido pelas próprias leis balizadoras, considerando que a saída para o Estado e para o Município era a concentração do Fundo da Assistência Social, ou seja, toda a verba da assistência social tinha que ser destinada ao Fundo para que o Secretário Cândido e a equipe da Secretaria pudessem geri-lo. Atualmente, disse que na CIB estava se discutindo democraticamente e analisando critérios, mas não considerava viável pulverizar o Orçamento, para que o Secretário com auxílio dos Municípios e dos conselhos pudessem dar as diretrizes, trabalhando de forma ampla, fazendo política pública. Finalizou afirmando que a concentração para que a Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação pudesse gerir os recursos, e não pulverizá-los, era uma saída para desenvolver as políticas públicas. [Taquígrafa-Revisora: Sibelli D'Agostini] Em seguida, a senhora Presidente passou a palavra ao **senhor Deputado Estadual Antônio Aguiar**, que parabenizou o Secretário Cândido pelo seu trabalho e ao mesmo tempo discordou do Secretário Alessandro Abreu referente ao que era descentralização e centralização. Reportando-se ao Secretário Alessandro, falou que nos governos passados, tanto de Paulo Afonso, como Esperidião Amin, eles foram governadores centralizadores e que não tinha acontecido nada no interior do Estado de Santa Catarina. Abordou que até os dias atuais, na centralização, na área da saúde, quando alguém precisava fazer algum exame tinha que ir para Florianópolis, e no seu entendimento continuava errado o que se entendia por descentralização. Falando que atualmente o Orçamento estava na mão do Secretário Cândido, questionou o que seria melhor, se o Secretário chamasse os 36 membros das SDRs – Secretarias de Estado do Desenvolvimento Regional – para conversar ou se chamasse os 293 Municípios, sendo que ele mesmo respondeu que era bem mais fácil chamar os 36 membros, e para que funcionassem as SDRs seria responsabilidade do governo. Falou, ainda, que nos governos passados acontecia apenas uma obra nos Municípios durante os quatro anos, mas atualmente aconteciam

milhares de obras no interior, realizadas pelo Governador Raimundo Colombo e pelo Vice-Governador Pinho Moreira, principalmente pela ideia de descentralizar do ex-governador. Com relação à descentralização, disse que a defendia porque o interior tinha sido beneficiado, informando que o Município de Canoinhas, na área da Saúde, contava com dez leitos na UTI, com ressonância magnética, com tomografia computadorizada, com neurocirurgia, entre outros, que antigamente não tinha nada por falta de recursos. Também disse que na semana anterior aquele Município havia sido credenciado em alta complexidade, em traumatologia e em ortopedia, e que o Hospital Santa Cruz, de Canoinhas, era o segundo do Estado em procedimentos ortopédicos em média complexidade, mas que atualmente seria de alta complexidade. Ressaltando que a descentralização nos Municípios na área da Saúde estava funcionando, falou que o Hospital Regional de Chapecó estava funcionando muito bem, mas antigamente fechava por falta de funcionamento. Novamente, disse que defendia a descentralização no Estado de Santa Catarina porque viu as obras; que a comunidade esperava que as coisas acontecessem e que elas estavam ocorrendo com a descentralização; e que podia até não ter acontecido na assistência social, mas, como estava lá o Secretário Cândido, disse que ele poderia falar dos recursos, de como estavam sendo encaminhados aqueles recursos para os Municípios. Dito isso, informou que a assistencial social não era somente no Município de Florianópolis e explicou que seria nos 293 Municípios do Estado de Santa Catarina. Finalizando, afirmou que para falarem em assistência social deveriam pensar no Estado de Santa Catarina, e por isso estavam discutindo aquele assunto naquela audiência pública, a fim de tirarem conclusões para o crescimento da qualidade da assistência social no Estado. Em seguida, o **Alessandro Balbi Abreu, Secretário de Assistência Social do Município de Florianópolis**, por ter sido citado, respondeu ao Deputado Antonio Aguiar que o Parlamentar tinha lhe entendido mal, pois não estava discutindo Secretaria Regional e sim discutindo, naquele momento, a gerência do Fundo, para que se pudesse padronizar as ações e saber o que estava fazendo o Estado. Mencionou, novamente, que não estava falando sobre as SDRs. Ato contínuo, o **Deputado Estadual Antonio Aguiar**, reportando-se ao Secretário Alessandro, falou que cada SDR tinha uma gerência. Prosseguindo, o **Secretário Alessandro Balbi Abreu**, falou que não iria discutir sobre a aplicação do serviço, da questão da proximidade, disse que estava debatendo a questão do Fundo da Assistência Social, que no seu entender a partir do momento em que toda a verba da assistência social fosse aplicada no Fundo da Assistência Social o Secretário teria a possibilidade de distribuir de forma equânime e de discutir num conjunto. Diante disto, convidou o Deputado Antonio Aguiar para participar de uma reunião do CIB, pois lá iria conversar com todos os representantes do Congemas – Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social – e com os representantes municipais para elaborarem as propostas. Prosseguindo, disse que o Estado estava sendo muito democrático em relação àquilo, que estava aplicando todos os valores destinados da forma como era discutido, e que lá era um lugar com todas as representações municipais para se fazer o debate. Reforçando que não estava falando de estrutura nem de descentralização, disse que tinha a sua opinião, mas naquele momento ela não interessava porque estava falando sobre a concentração para que o próprio Estado pudesse saber do total. Também reforçou defender aquilo porque era a sua bandeira, fazendo um comentário de como podia ele, Secretário Municipal, estar se quebrando e apagando incêndio, como o de resolver o problema da criança e do adolescente, do idoso vítima de violência, do morador de rua. Informando que trabalhava com o Conselho para destinar o cofinanciamento, afirmou que quando ia verificar nos anos passados os Vereadores davam mil para uma pessoa, mil para a outra, e saía o mesmo valor que ele recebia, passando por todo mundo sem controle, sem saber para onde ia. Em seguida, questionou qual seria a política pública que se trabalharia dando R\$ 1 mil ou o Estado dando R\$ 10 mil, a qualquer associação de moradores, sendo naquele momento aplaudido pela plenária. Novamente, frisou não estar falando sobre a estrutura da Secretaria Regional, mas sim sobre a área da assistência social e que a execução podia ocorrer na Secretaria, até a discussão com os próprios Secretários e com o Secretário de Estado responsável, para uma melhor gerência e distribuição. Prosseguindo, indagou se ele, o Secretário e o Estado soubessem quanto teriam para

trabalhar com os Municípios, como o doutor Cândido fazia na CIB, observando que primeiramente era discutido no Congemas e depois na CIB e que era uma distribuição proporcional, se poderiam saber quanto estava indo para cada lugar, e como aquilo teria uma interação de informação seria muito prático. Na sequência elucidou como daria certo discutir na CIB, se tivessem lá R\$ 200 milhões para aplicar no Estado e paralelamente mais 36 orçamentos, mais a verba dos Deputados. Diante disso, questionou como poderia integrar aquela informação se estivesse tudo concentrado, dando o exemplo de que o doutor Cândido poderia sentar com eles, com a participação da CIB e dos Secretários Regionais, se quisessem participar, e que o valor que tivessem, por exemplo, de R\$ 500 milhões, porém tudo estaria sendo determinado e a distribuição seria equânime. Neste instante, a **senhora Presidente** interrompeu o orador para falar ao Deputado e ao Secretário que, por a gentileza, todos já tinham se manifestado e que não estavam fazendo uma discussão sobre descentralização, o que talvez tivessem que fazer em outro debate, em outra ocasião, para ver se de fato os serviços eram descentralizados e pelas mãos de quem. Na sequência, informou que gostaria de garantir as manifestações de sete pessoas que ainda estavam inscritas. Ato contínuo, agradecendo a compreensão dos referidos oradores, concedeu a palavra à **senhora Arlete Carminatti Zago, presidente da Comissão de Assistência Social da OAB/SC, representando o senhor Tullo Cavallazzi Filho, presidente da entidade**, que, após os cumprimentos, discorreu sobre o seu currículo. Em seguida, falou que aquela discussão era importante porque precisavam levar aos seus pares, como Comissão e dentro de toda a OAB/SC, a realidade na área da assistência social. Informou que em muitos momentos, quando não existiam mais recursos, o advogado tinha que estar lá para defender os interesses do usuário do sistema da assistência social. Também informou que a Comissão de Assistência Social da OAB era antiga, mas tinha sido desativada e a reativaram na gestão do doutor Tullo Cavallazzi, e que estavam iniciando um processo de conscientização. A seguir, colocou-se à disposição de todos os segmentos e ressaltou que a proposta apresentada naquele evento era que, por terem uma rede de capilaridade em todo o Estado com relação às seccionais, gostariam de implantar em cada seccional algum segmento daquela área para que os Conselhos Municipais e Estaduais utilizassem o conhecimento dos advogados na área da assistência social. Continuando, falou que na sua Comissão, além dos advogados, que trabalhavam muitos anos com a assistência social, tinha a representação da sociedade civil, com várias entidades que ajudavam a pensar aquela área. Frisou que estavam pensando e trabalhando com relação à responsabilidade do Estado nos investimentos nas ações de políticas estadual de assistência social, na manutenção de serviços de proteção básica especial, na expansão do Cras e dos Creas, nos recursos para o Fundo de Assistência Social, na habilitação dos Municípios no Suas, no fortalecimento do Suas no Estado e no fortalecimento dos Conselhos de Direitos setoriais. Disse que a OAB contava com várias Comissões, como a do Idoso, a da Criança e do Adolescente, a dos Direitos Humanos, entre outras, informando que trabalhavam com todas aquelas interfaces juntas. Também informou que estavam programando um grande evento para o final do ano em curso e que solicitaram ao Presidente da Assembleia de Santa Catarina um espaço para uma sessão solene de vinte anos da Loas – Lei Orgânica da Assistência Social. Indo além, disse que ainda estavam num projeto de construção do futuro evento e de um grande evento na OAB que daria a oportunidade de trazer todos os segmentos da área da assistência social para discutirem o que naqueles vinte anos teria crescido a assistência social no Estado, assim como o emprego de todos aqueles recursos e das questões que foram levantadas naquela audiência também seria importante para levar à sua Comissão. A seguir, ressaltou que a OAB, através da sua Comissão, estaria à disposição de todos, parabenizando a iniciativa da Deputada Carminatti. Finalizou dizendo que realmente pudessem pensar numa sociedade mais justa e mais igualitária e que realmente as pessoas que necessitem daquele atendimento pudessem saber dos seus direitos e como buscarem a sua proteção. Ato contínuo, fez o uso da palavra o **Deputado Estadual Antonio Aguiar**, que consignou que estava desfeito o mal entendido com o Secretário Alessandro e disse que concordava, no caso da centralização, com o que ele havia falado. Ao final, informou que os dois estavam falando coisas corretas mais de maneira diferente.

Prosseguindo a audiência pública, foi concedida a palavra ao **senhor Jerônimo Luiz Duarte Maia, gerente de Planejamento e Avaliação da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação**, que, após saudar todos os presentes, agradeceu a iniciativa da Deputada Luciane Carminatti de fazer aquele debate no sentido de aperfeiçoar o orçamento da Assistência Social. Falou que teriam que entender um pouco o orçamento e que tinham que mudar o conceito e não fazer o sinônimo de financeiro. Relatou que o Orçamento era um planejamento para o ano e contava com o Plano Plurianual, que era planejado por quatro anos, tendo uma revisão anual do Plano, e, após isso, elaborava-se o Orçamento, acrescentando que eram estabelecidas algumas metas físicas e financeiras, as quais deveriam ser cumpridas pelo governo e pelas Secretarias. Dizendo que naquele debate todos tinham um pouco de razão quando falaram nos mecanismos de financiamento, afirmou que se fossem debater, naquele momento, sobre as questões do Orçamento do Estado teriam que discutir o pacto federativo, quanto ficava no governo federal, quanto era repassado para os Estados. Também disse que iria abordar sobre o cofinanciamento, que seria parte do governo estadual em relação ao repasse aos Municípios. Dito isso, frisou que atualmente estavam rigorosamente obedecendo a Loas, que era uma lei federal, e os critérios do nobre Suas. Explicando sobre os recursos que estavam no Feas, que eram pactuados na CIB, e onde estava a representação dos Municípios, falou que rigorosamente passavam pelo Conselho de Assistência Social para referendar. Diante do exposto, informou que estavam utilizando os recursos de forma democrática, dizendo que, na divisão dos recursos que solicitavam, iria apresentar alguns dados. Ante o exposto, ressaltou que no Programa 510, que era proteção social básica especial, onde estavam todas as ações da Assistência Social, tendo como grande objetivo a implantação do Suas, tinha R\$ 47,6 milhões de recursos ordinários para 2013, sendo R\$ 5 milhões para o Feas, e que estava pulverizada nas outras Secretarias; do governo federal era R\$ 1,7 milhão previstos, mas do governo federal tinha chegado somente R\$ 630 mil para o Feas, para gestão, para o Bolsa-Família e para o Estado. Prosseguindo, falou que para o Centro São Gabriel vinha R\$ 2 mil mensais do governo federal, sendo R\$ 20 mil a gestão, e o restante era complementado com outra subação. Quanto ao Fundo Social, disse que tinha no Orçamento para 2013, na Fonte 08, R\$ 57,8 mil, ficando para eles R\$ 14 milhões, e, nesse caso, falou que era preciso ver o esforço que fizeram para aumentar aquele valor. Em 2012, disse que estava previsto, do Fundo Social, R\$ 7 milhões e no atual tinham R\$ 14,7 milhões, e que nesse caso houve uma evolução de mais de 100% de recursos que buscaram efetivar. Para terem idéia da situação, também disse que em 2010 o orçamento do Feas era de R\$ 6,5 milhões; em 2011 era R\$ 6,8 milhões, o que em sua opinião a evolução foi pequena; em 2012 a evolução tinha sido de R\$ 15 milhões; e em 2013, de R\$ 21 milhões. Dando continuidade à sua manifestação, falou que se dependesse do Secretário eles ultrapassariam os R\$ 100 milhões e que tinham pedido aumento no PPA. Também falou que aqueles números que apresentou eram do PPA e que o total do PPA naquela Fonte daria R\$ 108 milhões, o que acabou não se executando. Dirigindo-se à plenária, informou que todos teriam de entender que, após a elaboração ou o planejamento do PPA, era mandado à Fazenda, a qual tinha outro momento em que estabelecia a cota orçamentária para cada Secretaria e para cada Fundo, para cada unidade. A seguir, observou que aquele era um problema e que os seus pedidos, muitas vezes, eram reduzidos em 150%, 200%, falando que não era porque não pediam ou por não fazerem a justificativa correta e informou que na gestão da Secretaria da Assistência Social estavam fazendo muito para evoluir naqueles recursos. Reportando-se à manifestação da senhora Valéria sobre benefícios eventuais, disse que tempos atrás eles tinham condições infames e que em 2012 tinha sido R\$ 1 milhão e no atual, 2013, aumentaram em 40%. Afirmando que nem todas as Prefeituras estavam utilizando aqueles recursos, disse que um Município chegou a devolver R\$ 300 mil, o que não era pouca coisa. Dito isso, ressaltou que os recursos não passavam pelas SDRs, pois não era necessário, afirmando que a lei do Orçamento, a legislação da reforma, respeitava algumas políticas, que era o caso de quando vinha recurso federal, o que ia direto para os Municípios. Continuando, informou que implementaram uma política descentralizada e que ela chegava diretamente nos Municípios, respeitando os mecanismos da CIB e do Conselho. Também

informou que doutor Cândido havia implementado uma prestação de contas dos recursos que recebia, o que era feita ao Conselho de três em três meses. Frisou que haviam recebido há pouco tempo várias comunicações de Promotores dizendo que os Municípios não estavam utilizando adequadamente os recursos da Assistência, que não estava chegando para todas as necessidades. Isso posto, observou que os recursos podiam parecer pouco, mas deveriam gastar todo o dinheiro para poderem dizer que precisavam de mais recursos, falando que não adiantava terem R\$1 milhão e não gastarem aquele R\$ 1 milhão e mesmo assim irem pedir mais dinheiro. Novamente frisando que alguns Municípios devolveram recursos, disse que poderiam selecionar alguns Municípios conforme os critérios da política. Em seguida, informou que os benefícios eventuais tinham sido divididos aritmeticamente pelo número de Municípios, para mostrar que o valor era baixo para o repasse de cada Município. Ressaltando que os valores estavam evoluindo e que tinham ciência daquilo, disse que estavam fazendo um esforço hercúleo para evoluírem e que precisavam do apoio do Legislativo para obterem mais recursos, que não estavam sendo suficientes. Finalizou afirmando que precisava mostrar o empenho que estavam fazendo e que a senhora Simone havia falado bem sobre a Assistência Social. [Taquigrafia-Revisora: Dulce Maria da Costa] Ato contínuo, o **senhor Fabiano de Andrade, Secretário de Assistência Social do Município de Alfredo Wagner**, desejou bom-dia a todos e, parabenizando a Deputada pela audiência, disse que a discussão deveria ser mais fortalecida e que deveria haver o envolvimento entre a sociedade, os gestores e o Estado para que realmente as coisas acontecessem. Falando que gostaria de ir direto aos encaminhamentos, sugeriu a realização de um cofinanciamento com o Estado na linha de descentralizar os recursos e que fosse repassado fundo a fundo, como o governo federal estava fazendo atualmente, acrescentando que se o Estado tivesse pouco recurso que fizesse o repasse proporcionalmente, conforme o governo Federal fazia o repasse, o que era importante para o financiamento da básica, além do que o CRAS fosse mantido dentro do Município, como todas as outras ações. Na sequência, a palavra foi passada ao **senhor Jairo da Silva, presidente da Associação Catarinense para Integração do Cego (Acic)**, que, informando que existiam critérios e indicadores na política de assistência social, falou que se a Acic não respeitasse os critérios estabelecidos pela política consequentemente não faria parte da rede, não seria inscrita no Conselho de Assistência e não conseguiria receber os recursos que aquela política exigia. Observando que a questão pontual naquela audiência era em relação ao Fundo, disse que o Estado devia olhar aquela questão com carinho porque, pelo que estava entendendo, todos queriam que o Fundo fosse recheado pelo que era de direito. A seguir, informou que a Acic foi beneficiada com recursos de gabinete, que já tinha utilizado aquele recurso uma vez, mas estavam cientes de que aquela não era a política mais adequada quando se tratava de controle social. Ressaltou a importância de sair daquela audiência a deliberação no sentido de mostrar aos Deputados e aos gestores que a sociedade civil organizada desejava o Fundo gerenciado e destinado para o propósito que tinha sido criado. Ante o exposto, falou que se conseguissem aquele encaminhamento e se conseguissem sensibilizar os gestores a trabalharem a questão de forma mais séria e rigorosa, o controle social em Santa Catarina teria um avanço significativo. Continuando, informou que trabalhava no Hospital Regional São José, na área da saúde, e era voluntário na Acic, porque era exigência da política da Acic que todos fossem voluntários, e tinham a prerrogativa de fazer o movimento das pessoas com deficiências em Santa Catarina crescer, sendo um exemplo daquilo a realização do seminário nacional, em Florianópolis, que estava trabalhando questões voltadas também às políticas sociais, com foco na tecnologia assistida. Ainda informou que também estavam pulverizando a ideia do controle social, da política de assistência social, dos critérios e dos indicadores, acrescentando que era importante todos pensarem a política de assistência social com carinho, pois algumas pessoas nem sabiam diferenciar política de assistência social de assistência social e assistencialismo de saúde, gerando uma confusão grande. Encerrando, afirmou que era preciso todos lerem um pouco mais sobre o tema. Ato contínuo, a **senhora Dália Maria Pedrini** saudou todos os presentes e disse que não era a primeira vez que estavam falando sobre aquele assunto. Dito isso, afirmou que eles tinham uma história de luta de políticas públicas em Santa Catarina e em

outros lugares, mas no Estado de Santa Catarina acabavam sempre voltando aos mesmos pontos, e que deviam seguir em frente porque iam criando uma cultura no sentido de um dia, com a convicção e junto com a multidão, se conseguir mudar a prática política no Estado. Em seguida, falou que a política e o SUS traziam em si como era o procedimento, que dizia claramente que devia ter um comando único, sendo que tinha o Conselho que fazia o controle, tinha a CIB que fazia a compactuação, tinha o Congemas, tinha as proteções e tinha o SUAS. Observou que, se fosse para ter um comando único, o comando único deveria ser da Secretaria de Estado da Assistência Social, como o Feas, como o Conselho, falando que aquele era o comando único da política e todos tinham que fortalecer a Secretaria para que pudesse realizar a coordenação. Isso posto, informou que concordava com todos que disseram que o recurso não podia passar pelas SDRs, nem o recurso das Apaes, que tinha uma legislação. Comunicando algumas entidades terem sido chamadas pelas SDRs para apresentar os projetos, indagou por que todas as entidades do Estado não receberam uma correspondência informando que elas podiam apresentar o projeto e por que algumas foram chamadas e outras nem ficaram sabendo daquilo. Prosseguindo, disse que todos tinham clareza de que todos os recursos da assistência social deviam passar pelo Feas e de que o comando único deveria estar em uma única Secretaria, porque aquilo tinha uma legislação. Com relação à prevenção, que era o grande tema daquele encontro, falou que achou interessante o que a senhora Simone tinha dito sobre os primeiros CRAS estarem sendo para responder as demandas já prometidas em 2008/2009, antes do atual governo Colombo, pois tinham sido prometidas no governo anterior, as quais eram muito importantes, acreditando que os Municípios estavam esperando por elas e que aquilo era elogiável, o que atendia aqueles que tinham sido compactuados pela CIB. Acrescentando que a CIB era importante, pois colocava critérios e devia ser respeitada porque era aquela forma de fazer o Suas e de fazer assistência, observou que a reivindicação de que precisavam de recursos para a manutenção dos CRAS era muito importante e devia se tornar realidade não só no sentido orçamentário, mas também no financeiro, porque uma coisa era o documento orçamentário e outra coisa era o recurso financeiro estar na conta dos Municípios para eles fazerem a manutenção dos CRAS. Na sequência, informou que na Conferência realizada foi falado sobre qual seria o financiamento obrigatório dos três entes, falando que seria bom se conseguissem recursos para a manutenção dos CRAS. Com relação à fala do senhor Jerônimo que disse claramente que todo o recurso que ia para Secretaria passava pelo Feas, que era pactuado e aprovado, observou que realmente era aquilo que acontecia, o que passava na Pasta, mas que muita coisa não passava pela Secretaria. Ante o exposto, afirmou ao senhor Jerônimo que, para ela, pareceu que ele estava fortalecendo a manifestação de todos, mas por outro lado dizia que havia uma dicotomia no Estado, sendo que uma Secretária fazia conforme dizia a LOA, porém o Estado todo não cumpria as leis. Dito isso, acrescentou que a fala do senhor Jerônimo dava a entender que eles estavam fortalecendo a Secretaria do doutor Cândido, mas na verdade eles estavam era questionando o Estado por que ele não cumpria com o que deveria, que era repassar todos os recursos. Indo além, disse que a fala do senhor Jerônimo tinha sido coerente, mas mostrava a dicotomia que existia dentro do governo do Estado, e aquilo precisava ser visibilizado novamente. Por fim, citando a manifestação da Juíza Brigitte ao falar da necessidade de sensibilizar o governo do Estado e que o Estado precisava acordar, convidou a todos para serem o despertador. Ato contínuo, o **senhor Leonardo Apolinário Inácio, secretário da Federação Catarinense de Entidades De e Para Cegos (Fecec)**, disse que todos estavam preocupados porque as entidades filiadas àquela Federação, as quais na maioria da totalidade eram de assistência, estavam descobertas em vários aspectos, como a falta de capacitação das pessoas que trabalhavam em conjunto com a implementação do Suas. Informando que trabalhou no CRAS, recordou que os CRAS não conseguiam atender por falta de capacitação das pessoas com deficiência e que aquilo mostrava que faltava sensibilização dos gestores públicos e dos políticos para que fosse possível capacitar, porque a realidade mudava a cada dia e não eram as pessoas com deficiência e não eram os usuários da assistência que deveriam se adaptar às debilidades da política pública, mas, sim, a política pública deveria suprir as necessidades,

momento em que foi aplaudido. Agradecendo os aplausos, disse que ficava triste por discutir assistência somente agora, porque aquela questão era antiga, acrescentando que na última plenária do Conselho Nacional dos Diretos da Pessoa com Deficiência, do qual ele também fazia parte, não esteve um suplente da Secretaria de Assistência do Estado, ao qual era vinculada. Ante o exposto, perguntou onde estava a preocupação do Estado com as pessoas com deficiência. Falando que a Assembleia estava cumprindo o papel fundamental de discussão com o cidadão para debater o Fundo Social e para levar a divisão às entidades de pessoas com deficiência e não somente às Apaes, disse que aquilo era muito importante, mas faltava o mesmo trabalho para as outras pessoas com deficiências porque era preciso separar as necessidades e as peculiaridades de cada pessoa, de cada deficiência e de cada cidadão. Encerrando, agradeceu a todos pela atenção e colocou a Federação à disposição de todos. Na sequência, o **senhor Nicolau Kohn, Vice-Prefeito do Município de Aurora**, cumprimentou todos e observou que em todas as falas o problema maior era em relação ao recurso financeiro. Dizendo que estava montando com dificuldade as equipes e que sabia que o público alvo era problema de todos, perguntou se os culpados não eram eles próprios, os políticos. A seguir, propôs que o fundo a fundo fosse repassado como o governo federal fazia para o fundo municipal, que o valor fosse aumentado e que fosse dinheiro carimbado. Acrescentou que era preciso ver a questão da habitação, que trabalhavam com habitação rural, porque o governo federal tinha R\$ 28,5 mil para cada habitação e ainda estavam brigando com o governo do Estado para conseguir R\$ 5 mil para cada habitação, a fim de melhorarem a morada do pessoal da agricultura e da cidade através de vários programas. Dito isso, citou a questão do *slogan* do governo pedindo aos Deputados para explicarem o que queria dizer as pessoas em primeiro lugar, que tinha sido o *slogan* de campanha, que também tinha o Brasil Sem Miséria. Ante o exposto, falou que as pessoas se perguntavam o que queria dizer a pessoa em primeiro lugar, sendo que se conseguissem entender aquilo e se fosse colocado em prática os problemas seriam resolvidos. Continuando, ressaltou que os recursos do governo federal também não estavam sendo bem distribuídos, como na questão do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), e que as pessoas cobravam do Prefeito, dos Vereadores e do Vice-Prefeito. Falando que a senhora Dalila tinha dito que algumas entidades estavam sendo chamadas para se inscreverem na Regional, informou que aquilo estava acontecendo porque o presidente da Associação era amigo do Vereador, que era amigo do Secretário Regional. Indo além, informou que alguns anos atrás um Vereador do Município de Aurora deu um ônibus para a comunidade através da Regional porque ele era irmão do Secretário Regional, que o referido Vereador foi eleito Prefeito, e que no final do mandato, em 2012, ele vendeu a maioria das máquinas que a Prefeitura tinha. Finalizando, parabenizou o Secretário do Município de Florianópolis em relação ao social porque, se realmente os recursos do Fundo Social fossem repassados fundo a fundo, na Assistência Social eles tinham competência e as pessoas destinariam os recursos para quem precisava e merecia, que seria o público alvo de verdade, não os amigos dos Vereadores e dos Prefeitos. Prosseguindo a audiência pública, a senhora Presidente, Deputada Estadual Luciane Carminatti, passou a palavra ao **senhor Euclides Rodrigues, presidente do Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social da Região da Associação dos Municípios da Região de Laguna (Amurel)**, que desejou bom-dia a todos e disse que era um prazer ver a casa cheia para discutir a assistência social no Estado de Santa Catarina. [*Taquígrafa-Revisora: Jacqueline de O. V. Bitencourt*] Dirigindo-se ao Vice-Prefeito, falou que ali estavam discutindo política pública e que era preciso verificar que dentro da assistência social acontecia o assistencialismo barato, o que eles veementemente precisavam combater como protagonistas. Desse modo, referindo-se às palavras muito bem colocadas da senhora Dalila, disse que eles já tinham a política do Sistema Único de Assistência Social, com uma lógica de cofinanciamento que, segundo verificaram, dentro do Estado esse cofinanciamento não ocorria para os Municípios. Prosseguindo, afirmou que aquilo deixava os Municípios cada vez mais fadados ao fracasso dentro da política da Assistência Social, pois, se tinha recursos destinados à Assistência Social pelo governo federal, o Município injetava recurso municipal e o Estado não se propunha a discutir com o Secretário João José Cândido aquele cofinanciamento para dentro do Município, o que era

inadmissível, afirmando ser aquela uma prática do governo do Estado que precisava ser combatida. Dirigindo-se ao Secretário Cândido, disse que os Municípios estavam na audiência pública para discutir aquilo, para discutir na LDO, exemplificando terem na LDO a questão dos investimentos com pessoal e não terem visto em nenhuma parte dela o cofinanciamento para os Municípios. Reiterando ser preciso discutir aquela questão, observou que o senhor Alexandre, no Congemas, eles dentro do CIB e a senhora Simone estavam fazendo aquele debate e que a questão dos investimentos estava sendo bem colocada por eles, tanto que subiram a proposta orçamentária para a assistência, mas afirmou que eles precisavam destinar aquele cofinanciamento para os CRAS – Centros de Referência e da Assistência Social. Em seguida, ressaltou que os CRAS em Santa Catarina atualmente não tinham aquele financiamento e quem estava sofrendo, como eles haviam verificado na manifestação do pessoal da CIB, era o usuário da Assistência Social. Desse modo, questionou como o usuário da política social teria garantido o seu direito, que estava dentro da LOAS, se alguém estava faltando com a sua prerrogativa de destinar recursos aos Municípios para que esses cumprissem com o seu papel. Por fim, dirigindo-se ao Secretário Cândido, disse que, conjuntamente com o governo do Estado, teria mais recurso para a Assistência Social se fosse pensado como era para a Educação e a Saúde – que realmente precisavam de recursos –, e que precisava ter a sua vinculação aos fundos, fortalecendo assim a verdadeira política da Assistência Social, não o assistencialismo. Na sequência, a senhora Presidente, concedeu a palavra ao **senhor João José Cândido da Silva, Secretário de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação**, que inicialmente cumprimentou nominalmente cada componente da mesa e os demais presentes, em especial a presidente do Conselho Estadual de Assistência Social. Dirigindo-se à Deputada Luciane Carminatti, primeiro, disse que a Assembleia tinha que corrigir um erro, qual seja, o de que sempre que uma audiência era a respeito da Assistência Social ele recebia o convite em cima da hora, falando que recebeu o convite daquela audiência no dia 15 do corrente mês, às 15h, e ele tinha agenda a cumprir, observando que aquilo era um desrespeito. Segundo, afirmou não ser verdade o que foi dito pelo senhor que o antecedeu, pois designara que todos os políticos eram incompetentes, tendo em vista que o seu antecessor na Secretaria era um Parlamentar. Dito isso, informou que assumiu no dia 1º de março de 2012 com o Orçamento já em curso e que, desse modo, todos os políticos que passaram pela Secretaria dele eram incompetentes, momento em que ocorreu uma manifestação na plenária, tendo o orador pedido a uma senhora que o respeitasse e o deixasse falar, porque ele não havia interrompido ninguém. Neste momento, a **senhora Presidente** assegurou a palavra ao orador. Prosseguindo, o **senhor João José Cândido** disse que eles aumentaram o cofinanciamento no fundo a fundo e atualmente estavam cofinanciando toda a alta complexidade, a metade da média complexidade, e no dia anterior ao daquela reunião havia acertado iniciar o cofinanciamento da básica para setembro, outubro, novembro e dezembro, citando ter um profissional em cada CRAS e ser preciso dar início àquilo, pois não existia. Dito isso, informou que juntaram duas verbas, observando que aquilo havia sido feito no dia anterior na Secretaria da Fazenda, quando acertaram no orçamento, nas finanças e na contabilidade. Comentou ser difícil fazer política pública quando o governo federal não se mexia e não designava um percentual do orçamento para a Assistência Social e que atualmente a Assistência Social, desde o tempo do Presidente Lula e agora com a Presidente Dilma, vai muito bem obrigado, porque era vontade deles que a Assistência Social fosse bem, mas se entrasse um Presidente que não achasse que o Suas não precisava daqueles recursos, eles seriam cortados. Atualmente a Assistência Social tinha R\$ 58 bilhões do governo federal, mas porque era a vontade política de dois Presidentes da República, e a Assistência Social fazia parte do trinômio, do tripé das garantias sociais da Constituição de 1988, que se chamava Seguridade Social, pela qual havia se dado garantias de financiamento para a Previdência, para a Saúde e não se deu garantias de financiamento para a Assistência Social. Desse modo, a luta deles tinha que ser com os Deputados Federais, com os Senadores, e, depois, com os Deputados Estaduais e com os Vereadores para garantir o mínimo constitucional a ser aplicado, e não a Assistência Social como ele havia visto. Contou ter vindo da área da Saúde, ser médico há 38 anos, ser professor há 35 anos

da Universidade Federal de Santa Catarina, ainda na ativa, e ser o SUS um processo em encaminhamento que levou um “passa-moleque” do governo federal, pois os Municípios eram obrigados a colocar 15%, os Estados 12% e o governo federal colocava, no Orçamento do ano anterior, o crescimento do PIB, falando que o crescimento do PIB era zero, não tendo aumentado em nada os recursos da saúde. Continuando, ressaltou que eles estavam juntando assinaturas, assim como ele havia assinado, a fim de destinar 10% do Orçamento federal para a Saúde e garantir aquilo que dizia a Constituição Federal. Dirigindo-se à Juíza, disse ser fácil o Judiciário e o Ministério Público mandarem fazer e questionou como fazer se não havia obrigatoriedade nem política pública em nível federal, em nível estadual e em nível municipal. Também disse que a Ministra Tereza Campello tinha conseguido horrores com a Presidente Dilma porque as duas eram militantes da velha guarda, das lutas da esquerda brasileira, senão não haveria aqueles recursos. Prosseguindo, afirmou que o Suas foi previsto em 1988 e só em 2005 começou a implantação da Norma Operacional Básica (NOB), aprovada em 2012, que não havia sido regulamentada, estando ainda na vigência da NOB antiga, de 2005. Ainda afirmou que eles tinham que discutir aquilo ali dentro. Prosseguindo, salientou ter muitas coisas que poderiam ser feitas sem dinheiro e falou quando ele abria os seminários mesorregionais de enfrentamento às drogas perguntava quando um Prefeito ou Vice-Prefeito sentou com o Juiz, com o Promotor, com o chefe do Posto de Saúde, com o diretor de escola, com o Conselho Tutelar, com o médico indagando por que uma criança estava tendo problema de aprendizagem e pedindo à Assistência Social para verificar o que estava se passando com a família daquela criança. Dirigindo-se à professora Dalila, disse que aquilo era prevenção da dissolução de vínculos familiares, era estabelecer rede no Município e se fazia sem dinheiro, não precisava de dinheiro, falando que, desse modo, se fazia a prevenção e se colocava as pessoas nos lugares certos. Afirmou ser assim que se atuava em um sistema integrado, porque a assistência social não podia atuar dissociada da saúde nem da educação nem do Conselho Tutelar. A seguir, teceu comentário sobre situações que aconteciam, como em uma escola, que eram da área da Assistência Social e era chamado o Conselho Tutelar para atender. Lembrou o exemplo da Saúde, quando o Presidente Lula havia colocado o senhor Temporão como Ministro e criou o Programa Saúde da Família como eixo prioritário para a Atenção Básica à Saúde, e assim o Brasil diminuiu de 51 mortos por nascidos vivos, até um ano de idade, para 20. Frisando o Programa Saúde da Família, informou que os agentes comunitários da Saúde entravam nas casas e orientavam as pessoas. Ressaltou já terem uma história de sucesso em política pública e poderiam ter aquela história de sucesso, momento em que fez um parêntese para dizer que admirava muito a senhora Dalila que tinha doutorado naquela área, dentro da assistência social. Reafirmou que muitas coisas podiam ser feitas sem dinheiro, mas quando se estabelecia uma política pública ela tinha que ser cumprida. Disse que era responsável pela pasta e que achava que a Simone já havia colocado que tinham 79 CRAS, sendo que 30 foram pactuados na CIB havia quatro meses e que ele estava com dinheiro em caixa e só poderia licitar 27, porque três Municípios não entregaram os documentos. Reportando-se à professora Dalila, perguntou se ela lembrava o quanto ela ficava braba com a demora na entrega dos documentos, ela era mais braba do que o senhor Léo dentro da CIB. Dirigindo-se à doutora Brigitte, disse que estava recebendo ofícios de Promotores pedindo que ele fiscalizasse, mas que ele não iria fiscalizar, iria mandar para o Conselho Estadual, para os conselhos municipais fiscalizarem aquele dinheiro, e que o Secretário do Município prestasse contas de como estava gastando o dinheiro, como ele fazia de três em três meses ao Conselho Municipal, observando que havia imprimido aquela prática na Saúde e atualmente fazia na Assistência Social, enfatizando ser a professora Dalila testemunha do que ele estava dizendo. Indo além, informou que há muito tempo não se prestava contas, desde 2010, 2011, e que ele chegou em 2012. Citando ser um gestor público, um servidor público, ter medo de perder a aposentadoria dele e não praticar o malfeito, afirmou que seguia as normas do Suas. Quanto ao Fundo Social, disse que era uma excrecência dentro do Estado e perguntou quem o havia aprovado, tendo ele mesmo respondido que foram os Deputados Estaduais. Frisando que os Parlamentares Estaduais aprovaram aquilo e que ninguém arguiu a inconstitucionalidade daquele Fundo, observou que quem não o aprovou poderia ter arguido a sua inconstitucionalidade. Desse

modo eles poderiam ter ido até o Supremo, mas como houve um acordo no Tribunal de Justiça, um acordo que eles não sabiam que havia sido feito, ninguém arguiu a inconstitucionalidade. Ante o exposto, enfatizou ser o Fundo bem pequenino e se pudesse matava o Fundo. Contou ter feito um acordo, quando a professora Dalila era diretora e, reportando-se a ela, questionou o que ele fazia, tendo o próprio orador respondido que oficiava ao Fundo Social e à CIB sobre todos os Municípios que recebiam dinheiro para a Assistência Social através do Fundo Social, tornando público para deixar tudo claro. Prosseguindo, disse que muitas coisas ainda precisavam ser feitas e que o dinheiro era pouco, e que ele estava angustiado com as residências inclusivas; com a união dos estudantes pelas repúblicas, observando que ele havia vivido as repúblicas; com o financiamento de residências terapêuticas e de comunidades terapêuticas. Dito isso, informou que passaram R\$ 11 milhões para a Fapesc – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Santa Catarina –, por edital público, em acordo com a Universidade Federal e com a Universidade do Estado, dentro de um projeto terapêutico único, pois não se inventava para tratar pessoas com drogadição e protocolos de atenção; que o dinheiro já estava na Fapesc e eles iriam poder financiar a R\$ 1 mil a vaga de tratamento nas comunidades terapêuticas. Atendendo à solicitação da Presidente da audiência, disse que iria concluir e, antecipadamente, agradeceu pelo tempo que a Deputada havia lhe dado. Na sequência, afirmou falar de coração, porque achava que eles iriam dar um rumo certo àquela situação e que odiava o maniqueísmo de quem era gestor era bandido e quem estava fora era mocinho, dizendo que aquilo não existia. Enfatizou ter muita coisa que poderia ter passado pelo Fundo Social, como o Santa Renda, e falou que ele havia ouvido “em viva voz” de um representante do Conselho dizer que eles achavam que a ideia era do Governador Raimundo Colombo e não sabiam que a Ministra Tereza Campello os havia chamado para incluir no Santa Renda. [Taquígrafa-Revisora: Almerinda Lemos Thomé] Então, não aprovaram que o dinheiro do Santa Renda passasse pelo Fundo. Em seguida, falou que o maniqueísmo, a politização, a partidização desses problemas não deviam ser incluídos na política da assistência social. Referindo-se à fala do orador que o antecedeu, disse que todos os recursos eram fundo a fundo, os de custeio, os de investimento, os da média, os da alta e, a partir de setembro, os da atenção básica. Encerrando, novamente agradeceu a oportunidade de se manifestar. Ato contínuo, a senhora Presidenta concedeu a palavra à **senhora Julliana Elis dos Santos, assistente social do Município de Aurora**, que discordou do Secretário quando ele falou que não precisava de dinheiro para fazer a rede de serviços, porque ela, como assistente social, quando se reunia com os demais setores da Prefeitura, pensava em ações para a família junto à rede, momento em que salientou que cada setor tinha que pensar uma ação. E para essas ações, frisou que precisava de recursos, de carro para fazer visitas, da equipe de referência completa, de equipamentos e de materiais; enfim precisava de recursos, caso contrário não conseguia fazer a política de assistência. Retomando a palavra, a **senhora Presidente** disse que pontuaria os consensos que surgiram no decorrer daquela audiência. A seguir, informou que no ano passado fizeram um movimento relacionado ao Orçamento, mas o fizeram quando o Orçamento estava prestes a ser votado. Então, não querendo que ninguém se iludisse, afirmou que tinham seis meses e que a disputa por orçamento era de todos, lastimando que muitas vezes quem definia os recursos não era efetivamente os gestores das Pastas, era uma decisão de cima, maior, e, por isso, defendeu que deveriam fazer pressão. Dito isso, falou que uma das coisas que sempre dizia como coordenadora do Suas era que a Secretaria não podia os olhar como oposição, pelo contrário, frisando que eram parceiros. Deixou claro que era parceira, tanto era que estava preocupada com o orçamento da Assistência; por isso, haveria luta, mobilização, pressão, briga com o governo no sentido de colocar mais recursos naquela Pasta. Continuando, informou que em 2012 o Suas lutou para que o orçamento da Secretaria da Assistência fosse de R\$ 172 milhões, o que não conseguiu. Também informou que houve avanços, mas precisavam fazer aquilo que o senhor Eduardo Galeano disse, que “eu dou dois passos e o horizonte avança mais dois passos”, ou seja, sempre se está caminhando. Externou desejar que a Assistência tivesse R\$ 361 milhões do Fundo Social, e quanto ao fato de dizerem que faltavam recursos para a assistência, disse que tinha recursos, mas era de outra

forma. Ressaltou que não era somente o fato do recurso não passar por critérios e pelo controle social, porque era colocada ainda a relação política, ou seja, quem era bom era quem dava subvenção e ela era ruim porque fazia todo um debate de luta de um orçamento maior; enalteceu que quem dava dinheiro para as entidades era considerado bom. Dito isso, frisou que aquela não era uma boa política porque era uma política clientelista que construía clientes, e defendeu que na política não se precisava ter clientes, mas cidadãos conscientes, que sabiam em quem votaram e sabiam o que queriam. Também frisou que era aquele o enfrentamento que vinha fazendo, o do Fundo Social, desde que entrou na Assembleia. Isso posto, pediu desculpas à Juíza, dizendo que assim como nem todos os políticos eram corruptos nem todos os juizes eram bons, ou ruins, mas era verdade que parte do Poder Judiciário era conivente com aquela situação. A isso, acrescentou que às vezes se tinha um relatório do Tribunal de Contas que fazia cinquenta ressalvas, mas aprovava as contas, e perguntou para que então serviam as ressalvas. Prosseguindo, falou que enquanto não fortalecessem as instituições as pessoas continuariam se frustrando e se afastando, o que era muito ruim do ponto de vista dela. Quanto aos consensos colocados na audiência, citou o fortalecimento da Secretaria de Assistência Social, através do fortalecimento dos recursos nos fundos e nos conselhos; o cofinanciamento da rede básica; a realização de uma audiência com o Governador, não somente no sentido de discutir recursos, mas de que o Governador se apropriasse cada vez mais dos sentimentos do que os conselhos, os fóruns, as entidades entendiam que era a política de assistência. Fazendo parênteses, lembrou que o ex-Presidente Lula dizia que queria ouvir o povo e determinou que era daquela forma que deveria ser, ou seja, os gestores maiores teriam que ter “cheiro” de povo, e a senhora Presidenta defendeu a realização de uma audiência com o Governador. Continuando com os consensos, citou a análise dos recursos que estavam em todos os orçamentos, os fundos de maneira geral; o envolvimento dos Conselhos Tutelares naquele debate; e a capacitação dos profissionais da assistência voltados à capacitação das pessoas com deficiência. Em seguida, perguntou a todos se havia outra sugestão, ao que, a **senhora Elizabeth Bahia Espíndola Bittencourt Ferrer, coordenadora do Fórum de Políticas Públicas do Município de Florianópolis e conselheira do Conselho Estadual de Assistência Social**, como proposta, sugeriu que as deliberações que já tinham sido documentadas nas Conferências de Assistência Social fossem cumpridas. Já o **senhor Luís Antônio Rodrigues, conselheiro tutelar do Município de Florianópolis**, disse que gostaria de agendar com o doutor Cândido uma reunião e registrou que o Conselho Tutelar sempre teve o entendimento de que quando aconteciam situações nas escolas tinham que trabalhar conjuntamente com a Assistência Social. Então, propôs que chamassem a ACCT – Associação Catarinense dos Conselheiros Tutelares – para fazer a discussão em nível de Estado, de saúde, de educação e de assistência social, para que realmente o Estado conseguisse aplicar um fluxo, a fim de que, dessa forma, a doutora Brigitte não recebesse notificações, como por várias vezes viu as pessoas fazerem, em razão de que não mais davam conta dos adolescentes. Ao final, reforçou o interesse de fazer uma grande reunião entre as Secretarias e a ACCT para criar um fluxo estadual. Novamente fazendo uso da palavra, a **Juíza de Direito Brigitte Remor de Souza May, da Vara da Infância e da Juventude do Município de Florianópolis**, registrou não ter recebido convite para aquela audiência pública formalmente, como o Secretário havia falado, e ter tido contato com o convite através da Rede de Política da Assistência Social, mas como dizia respeito à sua função, se fez presente na audiência porque lhe interessou participar. Também registrou o Poder Judiciário só funcionar quando era provocado, dizendo que ela, como Juíza, não podia agir por ofício, sendo preciso uma ação para que pudesse se manifestar; ou seja, sem ação judicial o Poder Judiciário não podia se manifestar. Ainda registrou que política pública em função da democracia deveria passar pelo Município, pelo Estado e pela União, e que o Poder Judiciário não queria interferir em política pública, que nenhum juiz gostava de fazer isso, mas quando o direito era violado existia uma ação, então os juizes tinham de responder. Citou o caso ocorrido em Florianópolis, anterior à gestão do atual Secretário, no qual várias questões dentro da política de assistência social, na prevenção, foram feitas através de liminar, acrescentando que eles, os juizes, tiveram que obrigar o Município a construir uma política.

Em seguida, observou que aquela medida era necessária, mas seria melhor se não tivessem que fazer daquela forma, porque eles, os juizes, não gostavam daquela intervenção; tanto era assim que preferiam que as pessoas se organizassem, que fizessem audiência de conciliação. Indo além, frisou que aquele não era o veículo certo, porque política pública era para ser construída na comunidade com os gestores, e não pelo Poder Judiciário. Prosseguindo, lastimou que o Secretário não estivesse presente na audiência desde o início porque todo o discurso da audiência foi para fortalecer a Secretaria de Assistência, entendendo que a Secretaria seria a porta-voz qualificada para trabalhar as questões de políticas públicas. Acrescentando a isso que a ideia ainda era concentrar recursos, ressaltou que todos passavam pelos cargos, mas as instituições ficavam, e que tinham compromisso com as instituições. Sobre isso, falou que o importante era o que conseguiam fazer em prol daquela estrutura, com a qual tinham obrigação, para que quando dela saíssem ela ficasse organizada e as novas pessoas pudessem dar outros passos além daqueles que foram dados. Encerrando, frisou que a luta tinha que ser por política pública de Estado e não de governo, nem de partido. Retomando a palavra, a **senhora Presidente, Deputada Estadual Luciane Carminatti**, colocou que a senhora Solange sugeria que se construísse um grupo de trabalho formado por diferentes entidades e representações para processar todos os encaminhamentos ali acordados, inclusive o Orçamento que seria aprovado no final daquele ano. Sugeriu a inclusão nesse grupo de trabalho das entidades para que pudessem dar encaminhamentos coletivos a partir das ações ali aprovadas. Na sequência, agradeceu a presença de todos, parabenizou o Secretário por fazer aquela proposta, o que por muitas vezes fizeram mas de forma isolada, porque a postura do Secretário ajudava a colocar mais recursos na Pasta e a fortalecer a política de assistência. Dito isso, informou estarem fazendo um levantamento do Fundo Social e que havia recursos para jipeiros, para CTGs, para tudo, relatando um caso havido em Chapecó no qual entidades recebiam R\$ 10 mil, ficando R\$ 5 mil para uma entidade e os outros R\$ 5 mil para outra entidade. Acrescentando que essa distribuição dos valores acontecia entre várias entidades, citou ter resultado em uma ação no Ministério Público porque sobrava dinheiro nesse processo. Ante o exposto, defendeu que tinham que lutar para que o recurso fosse público, a fim de que tais coisas obscuras não fugissem do controle social. Em seguida, pediu aos interessados em participar do grupo de trabalho que deixassem o nome com a senhora Santana. Agradecendo a participação de todos e nada mais havendo a tratar, encerrou a audiência pública. [Taquígrafa-Revisora: Sabrina Schmitz] [Revisão final: Denise Videira Silva] [Leitura Final: Almerinda Lemos Thomé]

DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI
Presidenta da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de
Amparo à Família e à Mulher

*** X X X ***

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA ÀS 10H00, DO DIA 09 DE JULHO DE 2013.

Às dez horas do dia nove de julho do ano de dois mil e treze, sob a Presidência do **Deputado Serafim Venzon** reuniu-se a Comissão de Defesa da Criança e do Adolescente, com a presença dos Senhores Deputados: Ismael dos Santos, Narcizo Parisotto e Valmir Comin . Abertos os trabalhos, o Presidente colocou em votação da Ata da 4ª reunião que foi aprovada por unanimidade. O **Deputado Valmir Comin** relatou o OF.0100.0/2013 de entidade social que encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da COMBEMTU -Comissão Municipal do Bem-Estar de Tubarão, referente ao exercício de 2012. O mesmo exauriu voto favorável para posterior arquivamento, e posto em votação foi aprovado por unanimidade. A seguir o **Deputado Narcizo Parisotto**, relatou o OF./0172.5/2013 de entidade social que encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de São José do Cedro, referente ao exercício de 2012.O mesmo exauriu voto favorável para posterior arquivamento, e posto em votação foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Ismael dos Santos** relatou o PL./0123.0/2013 de autoria do Deputado Serafim Venzon que dispõe sobre a prorrogação dos mandatos dos Conselheiros Tutelares em todo

o estado de Santa Catarina e adota outras providências. O mesmo exauriu voto favorável para posterior arquivamento, e posto em votação foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Serafim Venzon** apresentou os resultados e encaminhamentos da Audiência Pública realizada em conjunto com a Comissão de Justiça no dia 01/07/2013 no Auditório Antonieta de Barros desta Casa que tratou sobre a prorrogação dos mandatos dos Conselheiros Tutelares no estado e os da Audiência realizada pela Comissão na cidade de Criciúma no dia 24/05/2013 com o seguinte tema: "Adolescentes em Conflito com a Lei e as medidas Socioeducativas. Como o FIA pode ajudar a solucionar o problema". O Presidente também confirmou o local e data da próxima Audiência Pública da Comissão a se realizar na Câmara de Vereadores de Itajaí em 02/08/13. Agradeceu aos membros da Comissão pelo apoio e interesse. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou e reunião da qual, eu, Laura Celeste Jaeger Gubert, Chefe da Secretaria, lavrei a Ata, que após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, em 09 de julho de 2013.

Deputado Serafim Venzon

Presidente

*** X X X ***

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA ÀS 9H DO DIA 13 DE AGOSTO DE 2013.

Às nove horas do dia treze de agosto do ano de dois mil e treze, sob a Presidência do Deputado Mauro de Nadal, reuniram-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: Jean Kuhlmann, José Nei Alberton Ascari, Aldo Schneider, Silvío Dreveck, Serafim Venzon, Narcizo Parisotto, Ana Paula Lima e Dirceu Dresch. Aberto os trabalhos, o Presidente colocou em votação a ata da 18ª reunião ordinária que foi aprovada por unanimidade. O Deputado Aldo Schneider relatou o Projeto de Lei nº 0297.0/2013 apresentando parecer favorável à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0183.1/2013 apresentando requerimento pela realização de diligência que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Resolução nº 0007.8/2013 apresentando requerimento pela realização de diligência que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0170.7/2011 apresentando parecer contrário à proposição que, posto em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Dep. Narcizo Parisotto; o Projeto de Lei Complementar nº 0008.4/2013 apresentando requerimento pela realização de diligência que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0187.5/2013 apresentando requerimento pela realização de diligência externa que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0238.0/2013 apresentando requerimento pela realização de diligência externa que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0174.0/2013 apresentando requerimento pela realização de diligência externa que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0269.6/2013 apresentando requerimento pela realização de diligência externa que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0268.5/2013 apresentando requerimento pela realização de diligência externa que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0004.5/2013 apresentando parecer favorável à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0167.1/2013 apresentando parecer contrário à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0211.0/2013 apresentando parecer contrário à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria. O Dep. José Nei Alberton Ascari apresentou voto-vista ao Projeto de Lei nº 0073.7/2013 apresentando parecer favorável à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; relatou o Projeto de Lei nº 0278.7/2013 apresentando requerimento pela realização de diligência externa que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0077.0/2013 apresentando requerimento pela realização de diligência externa que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0026.6/2013 apresentando requerimento pela realização de diligência externa que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0044.2/2011 apresentando parecer favorável à proposição com Emenda Modificativa que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0088.3/2013 apresentando parecer contrário à proposição que, posto em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete à Dep. Ana Paula Lima. O Deputado Narcizo Parisotto comunicou que não tinha nada a relatar. O Deputado Mauro de Nadal relatou o Projeto de Lei nº 0291.4/2013 apresentando requerimento pela realização de diligência externa que, posto em

discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0226.6/2013 apresentando parecer favorável à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; a Mensagem de Veto nº 0934/2013 apresentando parecer favorável pela admissibilidade da proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; a Mensagem de Veto nº 0954/2013 apresentando parecer favorável pela admissibilidade da proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Ofício nº 0585.9/2013 apresentando parecer favorável à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Ofício nº 0077.7/2013 apresentando requerimento pela realização de diligência externa que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Ofício nº 0378.6/2012 apresentando parecer contrário à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Ofício nº 0541.0/2011 apresentando parecer contrário à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Ofício nº 0540.9/2012 apresentando parecer contrário à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Ofício nº 0372.0/2012 apresentando parecer contrário à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Ofício nº 0376.4/2012 apresentando parecer contrário à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Ofício nº 375.3/2012 apresentando parecer contrário à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Ofício nº 0374.2/2012 apresentando parecer contrário à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Ofício nº 0561.3/2011 apresentando parecer contrário à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Jean Kuhlmann comunicou que não tinha nada a relatar. O Deputado Serafim Venzon comunicou que não tinha nada a relatar. O Deputado Dirceu Dresch relatou o Projeto de Lei nº 0060.2/2013 apresentando parecer contrário à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0393.9/2012 apresentando parecer favorável à proposição com emenda Modificativa que, posto em discussão foi cedido pedido de vista em gabinete ao Dep. Aldo Schneider e ao Dep. Narcizo Parisotto; o Projeto de Lei nº 0121.9/2013 apresentando parecer contrário à proposição que, posto em discussão foi cedido pedido de vista em gabinete ao Dep. José Nei Alberton Ascari; o Projeto de Lei nº 0258.3/2013 apresentando requerimento pela realização de diligência externa que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0270.0/2013 apresentando parecer favorável à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0267.4/2013 apresentando parecer favorável à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0282.3/2013 apresentando parecer favorável à proposição que posto em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Dep. José Nei Alberton Ascari; apresentou voto-vista ao Projeto de Lei nº 0009.0/2012 apresentando parecer favorável à proposição com emenda Modificativa que, posto em discussão foi cedido pedido de vista em gabinete ao Dep. Jean Kuhlmann. A Deputada Ana Paula Lima relatou o Projeto de Lei nº 0288.9/2013 apresentando parecer favorável à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; apresentou voto-vista ao Projeto de Lei nº 0160.5/2013 apresentando requerimento pela realização de diligência externa que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; apresentou voto-vista ao Projeto de Lei nº 0198.8/2013 apresentando parecer contrário ao parecer do relator que, posto em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Dep. José Nei Alberton Ascari; relatou o Projeto de Lei nº 0280.1/2013 apresentando parecer favorável à proposição que posto em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Dep. Jean Kuhlmann e ao Dep. Serafim Venzon. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e dos demais presentes e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe da Secretaria, lavrei a Ata que, após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, em 13 de agosto de 2013.

Deputado Mauro de Nadal

Presidente

*** X X X ***

ATA DE INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO DA 3ª SESSÃO DA 17ª LEGISLATURA

Às dezoito horas do dia cinco de março do ano de dois mil e treze, reuniram-se na Sala de Reuniões das Comissões os Senhores Deputados: Darci de Matos, Reno Caramori, Volnei Morastoni, Carlos Chiodini, Aldo Schneider, Sargento Amauri Soares e Marcos Vieira para instalação e eleição do Presidente e Vice Presidente da Comissão em epígrafe. Os trabalhos foram abertos pelo Deputado Reno Caramori o qual, em obediência ao Regimento Interno, § 1º Art. 123, solicitou aos membros candidatas a Presidente e Vice Presidente, que fizessem suas

inscrições visando concorrer aos cargos. Foi apresentada uma indicação com o nome do Senhor Deputado Reno Caramori para Presidente e Senhor Deputado Carlos Chiodini para Vice Presidente sendo eleitos por unanimidade. A posse dos mesmos e dos membros deu-se em seguida a eleição. Fazendo uso da palavra, o Senhor Deputado Reno Caramori, agradeceu aos Deputados Membros e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente convocou os Senhores Deputados para uma nova reunião, nos Termos Regimentais, para na próxima terça-feira, dia 06 de março de dois mil e treze, às dezoito horas na Sala de Reunião das Comissões. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente considerou encerrada a presente reunião, da qual, eu, Clarice Rosa Kuhl... Chefe de Secretaria da Comissão lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e posteriormente será publicada no Diário desta Assembleia.

Sala das Comissões, 06 de março de 2013.

Deputado Reno Caramori - Presidente
Deputado Volnei Morastoni
Deputado Darci de Matos
Deputado Carlos Chiodini
Deputado Aldo Scheider
Deputado Sargento Amauri Soares
Deputado Marcos Vieira

*** X X X ***

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO DA 3ª SESSÃO DA 17ª LEGISLATURA

Às dezoito horas do dia dezesseis de julho de dois mil e treze, amparado no § 1º do art.123 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da Segunda Reunião Ordinária da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, referente à Terceira Sessão Legislativa da Décima Sétima Legislação, na sala de reuniões das Comissões, sob a Presidência do Senhor Deputado Reno Caramori, com a presença dos Senhores Deputados: Reno Caramori, Carlos Chiodini, Aldo Schneider e Sargento Amauri Soares. Em seguida o Presidente Reno Caramori abriu os trabalhos, comunicando aos demais deputados presentes, que não seriam votados projetos e outros assuntos da Comissão, para que fosse realizada a **“Reunião para debater sobre as Ferrovias a serem implantadas no Estado de Santa Catarina”**, objeto do convite encaminhado aos Senadores, Deputados Federais e Estaduais de SC., Entidades de classes, UFSC, Órgãos Estaduais e Municipais, Associações e outros. Informou também que a ata da reunião, será lavrada separadamente e encaminhada a todos. Procedeu-se então a realização da reunião. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião da qual, eu, Álvaro Selva Gentil Filho, Chefe de Comissão, lavrei a presente Ata, que após ser lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e posteriormente será publicada no Diário desta Assembleia.

Sala das Comissões, 16 de Julho de 2013.

Deputado Reno Caramori
Presidente da Comissão

*** X X X ***

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO DA 3ª SESSÃO DA 17ª LEGISLATURA

Às dezoito horas do dia treze de agosto do ano de dois mil e treze, amparado no § 1º do art.123 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da Terceira Reunião Ordinária da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, referente à Terceira Sessão Legislativa da Décima Sétima Legislação, na sala de reuniões das Comissões, sob a Presidência do Senhor Deputado Reno Caramori, com a presença dos Senhores Deputados: Reno Caramori, Marcos Vieira, Maurício Escudlark, Aldo Schneider e Renato Hinnig (substituindo o Deputado Carlos Chiodini, ofício 042/2013). Presidente Reno Caramori, salientou que não pretende fazer reuniões virtuais, pois entende que não é correto. Em seguida submeteu à apreciação o Ofício 091/2013, subscrito pelo Deputado Padre Pedro Baldissera, solicitando Audiência Pública no município de Anita Garibaldi, para tratar da calamitosa situação da rodovia SC-458, que liga Celso Ramos a Anita Garibaldi, sendo o mesmo aprovado. Na seqüência o Presidente fez entrega aos Deputados presentes das atas de audiências públicas realizadas em Joinville, Canoinhas, Mafra e Canelinha, bem como, as atas de reuniões que trataram do Transporte Rodoviário e Urbano e Travessia do Ferry boat. Deputado Marcos Vieira, solicitou a palavra, agradecendo ao Deputado Presidente da Comissão Reno Caramori, por ter lhe cedido a oportunidade de presidir a Audiência Pública, realizada em Dionísio Cerqueira, considerando que em seu entendi-

mento foi uma das melhores audiências em que já participou, prestigiada por um excelente número de pessoas presentes e pela organização apresentada. Dando seqüência, o Presidente colocou em discussão e votação os Projetos de Lei nºs 0045.3/2013, 0107.0/2013, 0125.2/2013, 0177.3/2012, 0255.0/2013, e OF.0336.7/2013, todos foram aprovados pelos Deputados presentes. Deputado Renato Hinnig, apresentou expediente de sugestão de programação para o Fórum Estadual de Mobilidade Urbana, a ser realizado na semana de 16 a 22 de Setembro do corrente. Presidente, salientou que como gera despesas, vai analisar o encaminhamento a Presidência da Casa. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião da qual, eu, Claudio Luiz Sebben, Chefe de Comissão, lavrei a presente Ata, que após ser lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e posteriormente será publicada no Diário desta Assembleia.

Sala das Comissões, 13 de agosto de 2013.

Deputado Reno Caramori
Presidente da Comissão
*** X X X ***

AVISOS DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2013

OBJETO: **LOCAÇÃO DE DOIS CONTAINERS PELO PERÍODO DE UM ANO**
DATA: 02/09/2013 - HORA: 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 02 de setembro de 2013. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, no 6º andar, Edifício João Cascaes na Avenida Hercílio Luz, 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 16 de agosto de 2013.

Bernadete Albani Leiria
Coordenadora de Licitações

e.e.

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2013

OBJETO: **AQUISIÇÃO DE CARTILHAS REFERENTES ÀS COMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO DO ARTISTA PLÁSTICO WILLY ZUMBlick.**

DATA: 03/09/2013 - HORA: 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 03 de setembro de 2013. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, no 6º andar, Edifício João Cascaes na Avenida Hercílio Luz, 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 19 de agosto de 2013.

Bernadete Albani Leiria
Coordenadora de Licitações

e.e.

*** X X X ***

AVISOS DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria nº 1622/2013, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 012/2013, obteve o seguinte resultado:

OBJETO: Aquisição de materiais para manutenção dos prédios da ALESC.

Lote 03 -Material para tintura.

Vencedora: WILLIAN RIBEIRO SUPRIMENTOS - ME

Valor do Último Lance: R\$ 42.500,00

Florianópolis, 19 de agosto de 2013

HÉLIO ESTEFANO BECKER FILHO

PREGOIRO

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO - 2ª REPUBLICAÇÃO

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria nº 1859/2013, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 017/2013, obteve o seguinte resultado:

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOTELARIA PARA ATENDER NECESSIDADES DA ALESC.

Restou deserta.

Florianópolis, 20 agosto de 2013

ANTÔNIO HENRIQUE C. BULÇÃO VIANNA

PREGOEIRO

*** X X X ***

EXTRATOS**EXTRATO 154/2013**

REFERÊNCIA: 1ª Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 003/2013 oriunda do Pregão Presencial CL nº 012/2013.

OBJETO: Aquisição de material de manutenção.

VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (05 de agosto de 2013).

FUNDAMENTO LEGAL: artigo 15 da Lei nº 8.666/1993 e demais normas contidas na referida Lei com suas alterações posteriores, da Lei nº 10.520/2002, subsidiariamente pelo Decreto Federal nº 7.892 de 23/1/2013, do Ato da Mesa nº 214 de 5/11/2007 e da Autorização para Processo Licitatório nº 7 de 12/6/2013, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital de Pregão Presencial nº 12 de 4/7/2013.

LOTE 1						Valor (R\$)	
Item	Qty	Un	Produtos	Marca	Unit.	Total	
1	500	Un	Abraçadeira tipo D 3/4" com cunha fabricada em chapa de aço zincado, resistente a corrosão, quando exposta ao tempo e a ambientes úmidos.	MZ	0,83	415,00	
2	500	Un	Abraçadeira em PVC de 3/4"	Masster	1,18	590,00	
3	500	Un	Abraçadeira de 1/2" de aço galvanizado	MZ	0,59	295,00	
4	1000	Un	Adaptador tomada 2p+t para computador, padrão novo	Radial	7,14	7.140,00	
5	500	Un	Adaptador para condutele de 3/4" na cor cinza	Masster	1,08	540,00	
6	500	Un	Caixa condutele 2" x 4" na cor branca	Masster	8,10	4.050,00	
7	500	Un	Caixa de passagem 2x4, cinza wetzel	Masster	6,58	3.290,00	
8	500	Un	Caixa de passagem 4" x 4", para eletroduto 2"	Tramontina	2,81	1.405,00	
9	500	Un	Caixa de passagem em PVC cinza, 2" x 4" para conduteles	Tramontina	6,52	3.260,00	
10	100	Un	Caixa de sistema x com interruptor de 1 seção completa	Radial	7,30	730,00	
11	100	Un	Caixa sistema x com tomada de 20 A	Radial	20,27	2.027,00	
12	500	Un	Caixa sistema x com tomada 10 A	Radial	9,28	4.640,00	
13	500	Un	Canaleta PVC branca 20" x 10"	Enerbras	3,89	1.945,00	
14	500	Un	Canaleta PVC branca 50" x 50"	Enerbras	20,61	10.305,00	
15	100	Un	Conector sapata para fio 2,5 mm²	Conimel	3,90	390,00	
16	100	Un	Conector tipo sindal para fio 4 mm²	Coltex	4,69	469,00	
17	100	Un	Conector tipo sindal para fio 2,5 mm²	Coltex	4,88	488,00	
18	100	Un	Curva 90º em PVC para eletroduto - branca	Masster	3,69	369,00	
19	100	Un	Curva 90º longa em PVC bitola DN 50	Tigre	7,34	734,00	
20	100	Un	Curva 90º longa em PVC bitola DN 75	Tigre	11,46	1.146,00	
21	100	Un	Curva de condutele 3/4", 90º	Masster	2,91	291,00	
22	50	Un	Disjuntor 15 A curva C	Soprano	6,76	338,00	
23	50	Un	Disjuntor 20 A curva C	Soprano	6,79	339,50	
24	50	Un	Disjuntor 25 A curva C	Soprano	6,79	339,50	
25	100	Un	Disjuntor 30 A curva C	Soprano	7,91	791,00	
26	100	Un	Eletroduto 3/4" em PVC branco	Masster	13,76	1.376,00	
27	100	Un	Eletroduto 3/4" de 3 metros em PVC cinza	Masster	11,74	1.174,00	
28	100	Un	Espelho cego em PVC branco	Masster	2,75	275,00	
29	10	Un	Guia passa fio	Coltex	19,22	192,20	
30	100	Un	Interruptor de embutir 1 tecla paralelo	Radial	8,92	892,00	
31	50	Un	Lâmpada 55 W/830, luminux warm white 2g11	Philips	31,55	1.577,50	
32	50	Un	Lampada de led 12 W - 127/220 V - 2700 K, base E27	AG	194,09	9.704,50	
33	50	Un	Lâmpada dicróica 35 W 12 V 36 g econômica	Osram	24,45	1.222,50	
34	500	Un	Lâmpada fluorescente tubular de 14 W 840 T5	NSK	10,12	5.060,00	
35	500	Un	Lâmpada elétrica 13/14 W 220 V 840 branca espiral	Osram	11,28	5.640,00	
36	300	Un	Lâmpada fluoresc. compacta eletron. 7 W, dulux D, cor 41	Osram	14,05	4.215,00	
37	500	Un	Lâmpada fluoresc. compacta elétron. 15 W, dulux D, cor 41	Osram	9,49	4.745,00	
38	100	Un	Lâmpada fluoresc. compacta elétron. 25 W, dulux D, cor 41	Osram	11,09	1.109,00	
39	100	Un	Lâmpada fluorescente compacta integrada deco globo, 20 W, base E27, 2700k, IRC 82	G-light	21,11	2.111,00	
40	100	Un	Lâmpada halógena tipo palito 1000 W, 220 V	Osram	4,91	491,00	
41	50	Un	Lâmpada halógena ecolume, palito, j125, 220 V - 300 W	Osram	5,66	283,00	
42	200	Un	Lâmpada elétrica tipo par 38 halógena 100 W /220 V	G-light	26,98	5.396,00	
43	50	Un	Lâmpada elétrica halogen photo optic 650 220 V	Osram	276,82	13.841,00	
44	200	Un	Lâmpada elétrica halopar 30 de 75 W	Osram	27,86	5.572,00	
45	100	Un	Lâmpada elétrica HQI-TS na cor wdl de 70 W / 220 V	Osram	34,33	3.433,00	
46	1000	Metro	Cabo de cobre flexível azul 2,5 mm	Corfio	1,19	1.190,00	
47	1000	Metro	Cabo de cobre flexível preto 2,5 mm	Corfio	1,19	1.190,00	
48	1000	Metro	Cabo de cobre flexível amarelo 2,5 mm	Corfio	1,19	1.190,00	
49	1000	Metro	Cabo de cobre flexível 4,0 verde	Corfio	1,80	1.800,00	
50	1000	Metro	Cabo de cobre flexível isolado 4 mm azul	Corfio	1,78	1.780,00	
51	1000	Metro	Cabo de cobre flexível, 4mm, preto	Corfio	1,78	1.780,00	
52	200	Un	Módulo intermediário 10 A, pial plus	Pial	17,88	3.576,00	
53	200	Un	Módulo para tomada 2p+t cor branca	Pial	10,58	2.116,00	
54	200	Un	Módulo p/ tomada 2 P+T, plus vm, cód. 615079, vermelha.	Pial	10,89	2.178,00	
55	200	Un	Placa (espelho) horizontal 1 posto 4x2	Pial	3,47	694,00	
56	200	Un	Placas para 2 tomadas, plus br 4x2, código 618506, branca.	Pial	3,97	794,00	

57	100	Un	Reator convencional 1 x 26 W	Keiko	18,42	1.842,00
58	100	Un	Reator eletrônico 2 x 14 W bivolt afp t5	ECP	30,60	3.060,00
59	200	Un	Reator eletrônico 2x32 W	ECP	22,49	4.498,00
60	100	Un	Reator eletrônico 2x16 W t8.	ECP	18,07	1.807,00
61	100	Un	Reator eletrônico para 2 lâmpadas fluores. compacta 26 W	Keiko	20,77	2.077,00
62	100	Un	Reator para 2 lâmpadas fluoresc. compacta pl55 W 4 pinos	Philips	79,76	7.976,00
63	100	Un	Reator quicktronic de luxe hf 2x58/230-240 dim,	Philips	110,55	11.055,00
64	20	Un	Relê fotoelétrico	Tecnowatt	18,19	363,80
65	50	Rolo	Fita isolante de alta fusão	enerbras	14,85	742,50
66	200	Rolo	Fita isolante p44	Pysman	12,88	2.576,00
67	50	Rolo	Cabo elétrico de cobre flexível paralelo 2,5 mm	Corfio	235,54	11.777,00
68	100	Un	Soquete de porcelana, base e-27	Gabe	2,32	232,00
69	500	Un	Soquete para lâmpada dicróica	Gabe	3,32	1.660,00
70	100	Un	Soquete para lâmpada fluorescente, com chapa de fixação sem suporte para starter	Gabe	1,99	199,00
71	100	Un	Tampa cega 3/4 em PVC cinza	Masster	1,85	185,00
72	100	Un	Tampa em PVC poliwetzel cinza para tomada 051 1/2 x 3/4"	Masster	2,02	202,00
73	50	Un	Tampa poliwetzel cinza 051 1/2 x 3/4 PVC, para interruptor	Masster	2,23	111,50
74	100	Un	Tomada elétrica filtro de linha com fusível	RCG	26,37	2.637,00
75	100	Un	Tomada elétrica para compu tador da pial plus, branca	Pial	12,10	1.210,00
76	100	Un	Tomada elétrica simples da pial plus, branca	Pial	10,80	1.080,00
77	50	Un	Lâmpada elétrica luz mista, base e-27, 160 watts, 220 V	NSK	15,31	765,50
78	50	Un	Lâmpada vapor metálico bilateral hqis-ts wdl de 150 w	G-LIGHT	37,84	1.892,00
79	50	Un	Lâmpada vapor metálico CDM-T de 150 W	G-LIGHT	118,90	5.945,00
80	200	Un	Lâmpada dicróica 50 W - 12 V	G-LIGHT	4,84	968,00
81	50	Un	Lâmpada elétrica fluorescente compacta 2 pinos 26 W. 840 plus	G-LIGHT	10,96	548,00
82	1000	Un	Lâmpada fluorescente T8 FO 16 W T840	NSK	7,04	7.040,00
83	1000	Un	Lâmpada fluorescente de 32 W	NSK	6,43	6.430,00
84	100	Un	Lâmpada halógena powerstar hqi-tsm 400 W/ndI	Osram	633,12	63.312,00
85	200	Un	Lâmpada elétrica halógena tipo par 20/240 V / 50 W/base E-27	G-light	13,38	2.676,00
86	100	Un	Luminária ref. Projeto c2232 com refletor e aletas parabólicas contínuas em alumínio alto brilho, pureza 99,85%, nicho 620 x 5 mm, confeccionada em aço tratado e pintada em epóxi polyester pó para 4 lâmpadas fluorescentes de 16 W, para imbutir no forro com modulação 625 x 625 mm.	Lustre Projeto	207,29	20.729,00
87	200	Un	Luva para eletroduto 3/4", branco	Masster	2,05	410,00
88	200	Un	Luva para eletroduto 3/4", cinza	Masster	2,02	404,00
89	1000	Metro	Cabo elétrico pp 3 x 2,5 mm	Corfio	4,39	4.390,00
90	500	Un	Plugue fêmea monofásico	Enerbras	4,19	2.095,00
91	500	Un	Plugue fêmea para computador 2p + t	Enerbras	5,58	2.790,00
92	500	Un	Plugue macho monofásico	Enerbras	4,25	2.125,00
93	500	Un	Plugue macho para computador 2p + t	Enerbras	5,13	2.565,00
TOTAL DO LOTE:						313.300,00

1ª REGISTRADA: JG Comércio e Locação de Equipamentos EIRELI

Endereço: Rua das Águias, Lote 78, Pedra Branca, Palhoça/SC

CEP: 88137-280

Fone/fax (48) 3035-5572

e-mail: mateus@grupostark.com.br

CNPJ/MF nº 17.324.394/0001-36

2ª REGISTRADA: Latina Comercial Ltda.Me

Florianópolis, 15 de agosto de 2013

Deputado Joares Ponticelli- Presidente da ALESC

Mateus Maier- Procurador

*** X X X ***

EXTRATO 155/2013

REFERÊNCIA: 1ª Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 016/2013 oriunda do Pregão Presencial CL nº 016/2013.

OBJETO: Aquisição de material de expediente

VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (01 de agosto de 2013).

FUNDAMENTO LEGAL: artigo 15 da Lei nº 8.666/93 e demais normas contidas na referida Lei com suas alterações posteriores, da Lei nº 10.520/2002, do Ato da Mesa nº 214 de 5/11/2007 e, subsidiariamente, pelo Decreto Federal nº 7.892/2013, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital de Pregão Presencial nº 16/2013.

LOTE Nº 11				Marca	Valor (R\$)	
Item	Qtd	Un	Produtos		Unitário	Subtotal
1	4000	Caixa	Etiqueta branca formato carta, duas colunas, medindo 33,9x101,6 mm, caixa c/100 folhas, 14 etiquetas p/ folha.	Pimaco	20,09	80.360,00
2	400	Caixa	Etiqueta branca, formato carta, medindo 143,4 x 199,9 mm, caixa com 100 folhas cada, 02 etiquetas por folha.	Informis	22,85	9.124,00
TOTAL Lote 11:						89.500,00

1ª REGISTRADA: Aquinpel Suprimentos para Escritório, Informática e Papelaria Ltda.

Endereço: Rua Farroupilha, nº 35, Barreiros, São José/SC

CEP: 88117-902

Fone/fax (48) 3722-3306/3733-3310

e-mail: licitação@aquinpel.com.br

CNPJ/MF nº 00.147.109/0001-56

2ª REGISTRADA: Infotriz Comercial Ltda.

LOTE Nº 13				Marca	Valor (R\$)	
Item	Qtd	Un	Produtos		Unitário	Subtotal
1	400000	Folha	Folhas de papel offset cor branca 120 g/m² formato A4	Infopel	0,06	33.000,00
2	200000	Folha	Folhas de papel offset cor branca 120 g/m² formato A3	Infopel	0,09	25.500,00
3	200000	Un	Folhas de papel offset cor branca 180 g/m² formato A4	Infopel	0,10	27.000,00
4	10000	Folha	Folhas de papel offset, cor branca, 180 gm², formato A3	Infopel	0,11	1.650,00
5	2	Pacote	Papel autocopiativo, cor branca, 56 g/m², CFB, formato 66 x 96 com 500 folhas.	Bignardi	55,00	154,00
6	2	Pacote	Papel autocopiativo, cor azul, 56 g/m², CFB, formato 66 x 96 com 500 folhas	Bignardi	55,00	154,00
7	2	Pacote	Papel autocopiativo, cor rosa, 56 g/m², CFB, formato 66 x 96 com 500 folhas.	Bignardi	53,28	149,47

8	20	Pacote	Papel jornal, pardo, 50 g/m ² , formato 66 x 96 c/ 500 fls.	Pisa	70,28	1.967,80
9	10	Pacote	Papel monolúcido formato 66 x 96, 75 g/m ² branco com 500 folhas.	Bignardi	220,20	3.082,10
10	50	Pacote	Papel offset, cor branca, 180 g/m ² , formato 66 x 50 com 100 folhas.	Bignardi	26,60	1.863,33
11	50	Pacote	Papel offset, cor azul, 180 g/m ² , formato 66 x 50 com 100 folhas.	Bignardi	28,25	1.980,00
12	50	Pacote	Papel offset, cor bege, 180 g/m ² , formato 66 x 50 com 100 folhas.	Bignardi	26,60	1.863,33
13	50	Pacote	Papel offset, cor amarelo, 180 g/m ² , formato 66x50 com 100 folhas.	Bignardi	26,60	1.863,33
14	50	Pacote	Papel offset, cor verde, 180 g/m ² , formato 66 x 50 com 100 folhas.	Bignardi	40,60	2.843,12
15	50	Pacote	Papel offset, cor palha, 180 g/m ² 50 x 66 com 100 folhas.	Bignardi	29,15	2.040,83
16	1	Caixa	Papel offset, cor azul, 75 g/m ² , formato A4 210 x 297 mm, 500 folhas caixa com 10 resmas.	Report	108,91	152,49
17	1	Caixa	Papel offset, cor rosa, 75 g/m ² , formato A4 210 x 297 mm, 500 folhas caixa com 10 resmas.	Report	110,73	154,99
18	1	Caixa	Papel offset 75 g/m ² , cor verde, formato A4 210 x 297 mm, 500 folhas caixa com 10 resmas.	Report	110,73	154,99
19	1	Caixa	Papel offset, cor amarelo, 75 g/m ² , formato A4 210 x 297 mm, 500 folhas caixa com 10 resmas.	Report	110,73	154,99
20	2000	Caixa	Papel A4 75 g/m ² 210 x 297 mm, branco, alta alvura, porosidade, opacidade, resistência, durabilidade e rigidez, estabilidade dimensional, planicidade, fabricado com 100% celulose de eucalipto reflorestado, com certificação FSC ou cerflor. Caixa com 5000 folhas, devidamente embaladas, identificadas conforme especificação deste termo de referência e acondicionadas em caixas de papelão com capacidade para 10 resmas. (marcas de referência: chamex, report,	One	91,22	259.800,00
21	800	Caixa	Papel A3 75 g/m ² , 297 x 420 mm, com 500 folhas cor branca, caixa com 5 resmas.	Report	85,74	96.000,00
TOTAL Lote 13:						327.397,26

1ª REGISTRADA: Aquinpel Suprimentos para Escritório, Informática e Papeleria Ltda.

Endereço: Rua Farroupilha, nº 35, Barreiros, São José/SC
CEP: 88117-902

Fone/fax (48) 3722-3306/3733-3310

e-mail: licitação@aquinpel.com.br

CNPJ/MF nº 00.147.109/0001-56

2ª REGISTRADA: Dicapel Papéis e Embalagens Ltda.

LOTE Nº 15				Marca	Valor (R\$)	
Item	Qtd	Un	Produtos		Unitário	Subtotal
1	60000	Folha	Papel couchê fosco, 180 g/m ² , formato A4 210x297 mm.	Infopel	2,26	135.600,00
TOTAL Lote 15:						135.600,00

1ª REGISTRADA: Aquinpel Suprimentos para Escritório, Informática e Papeleria Ltda.

Endereço: Rua Farroupilha, nº 35, Barreiros, São José/SC
CEP: 88117-902

Fone/fax (48) 3722-3306/3733-3310

e-mail: licitação@aquinpel.com.br

CNPJ/MF nº 00.147.109/0001-56

2ª REGISTRADA: Infotriz Comercial Ltda.

Florianópolis, 15 de agosto de 2013

Deputado Joares Ponticelli- Presidente da ALESC

Edemilson Krauss- Procurador

*** X X X ***

EXTRATO 156/2013

REFERÊNCIA: 1ª Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 022/2013 oriunda do Pregão Presencial CL nº 016/2013.

OBJETO: Aquisição de material de expediente.

VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (01 de agosto de 2013).

FUNDAMENTO LEGAL: artigo 15 da Lei nº 8.666/93 e demais normas contidas na referida Lei com suas alterações posteriores, da Lei nº 10.520/2002, do Ato da Mesa nº 214 de 5/11/2007 e, subsidiariamente, pelo Decreto Federal nº 7.892/2013, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital de Pregão Presencial nº 16/2013.

LOTE Nº 1				Marca	Valor (R\$)	
Item	Qtde	Unid	Descrição		Unitário	Subtotal
1	25	Un	Almofada entintada para carimbo nº 3, tamanho 12,7 cm x 9,9 cm, na cor azul.	Carbrink	1,42	35,50
2	25	Un	Almofada entintada para carimbo nº 3, tamanho 12,7 cm x 9,9 cm, na cor preta.	Carbrink	1,32	33,00
3	300	Un	Apontador para lápis convencional, em material plástico rígido com um furo cônico e lâmina de aço inoxidável aparafusada ou rebitada (perfeitamente ajustada e afiada formando conjunto com união rígida sem folgas, a fim de não macerar ou mastigar a madeira do lápis), prático, cores diversas.	Leo&Leo	0,46	138,00
4	50	Un	Apagador para quadro branco, corpo em plástico de alta resistência, superfície interna em espuma e base de feltro.	Carbrink	3,34	167,00
5	200	Un	Bandeja para expediente/papel (caixa para correspondência), em acrílico, com 2 compartimentos, com separadores de metal, na cor fumê, tamanho ofício.	Acrimet	13,43	2.686,00
6	150	Un	Bandeja para expediente/papel (caixa correspondência), em acrílico, com um compartimento, cor fumê, tamanho ofício.	Acrimet	8,74	1.311,00
7	300	Rolo	Barbante de algodão 4/8, pesando aproximadamente 250 g cada rolo	Veneza	1,70	510,00
8	400	Rolo	Bobina em papel acetinado p/ calculad. med. 57x60 mm	Mex Paper	0,44	176,00
9	100	Rolo	Bobina p/ impressora térmica Bematech MP 2100 - TH	Mex Paper	1,08	108,00
10	500	Bloco	Bloco de recado autoadesivo em papel off-set (102 mm x 76 mm) na cor amarela com 100 folhas.	Jocar	0,97	485,00
11	500	Bloco	Bloco de recado autoadesivo em papel off-set (38 mm x 50 mm) na cor amarela com 100 folhas.	Jocar	0,52	260,00

12	25	Caixa	Borracha branca, medindo aproximadamente 30 mm x 40 mm, caixa com 20 unidades.	Zap	2,28	57,00
13	1600	Un	Caixa de arquivo morto, medida externa 25x36x13cm, confeccionada em papelão formado por duas capas kraft (uma externa e outra interna) e miolo reciclado	Bragagnolo	0,72	1.152,00
14	30000	Un	Caneta esferográfica click plus: corpo arredondado transparente com grip emborrachado; resinas e borrachas termoplásticas; tinta a base de corantes orgânicos e solventes; ponta e esfera de inox, na cor azul.	Cis	1,15	34.500,00
15	5000	Un	Caneta esferográfica click plus: corpo arredondado transparente com grip emborrachado; resinas e borrachas termoplásticas; tinta a base de corantes orgânicos e solventes; ponta e esfera de inox, na cor preta.	Cis	1,14	5.700,00
16	3000	Un	Caneta esferográfica click plus; corpo arredondado transparente com grip emborrachado; resinas e borrachas termoplásticas; tinta a base de corantes orgânicos e solventes; ponta e esfera de inox, na cor vermelha.	Cis	1,15	3.450,00
17	1500	Un	Caneta marca texto fluorescente, na cor amarela	Jocar	1,12	1.680,00
18	1500	Un	Caneta marca texto fluorescente, na cor verde	Jocar	0,77	1.155,00
19	1500	Un	Caneta marca texto fluorescente, na cor rosa	Jocar	0,77	1.155,00
20	20	Caixa	Caneta para cd/dvd ponta média, aproximadamente 1 mm - caixa com 12 unidades	Jocar	5,53	110,60
21	3000	Caixa	Clips arame de aço niquelado nº 1, caixa com 100 unidades	Deli	0,62	1.860,00
22	2000	Caixa	Clips arame de aço niquelado nº 4, caixa com 50 unidades	Jocar	0,67	1.340,00
23	3000	Tubo	Cola branca à base de água, lavável, não tóxico, em tubo de 40 g	Leo&Leo	0,32	960,00
24	50	Frasco	Cola resistente à umidade, cor branca e média viscosidade, que após seco apresenta uma película transparente, plastificada, de alta resistência ao deslocamento, frasco de 1 litro.	Piratininga	4,64	232,00
25	500	Frasco	Corretivo líquido, branco, homogêneo, aplicável a pincel, com tampa rosqueável, diluível em água, frasco com 18 ml. Deverá cobrir na primeira demão a escrita sem permitir a leitura do erro após a secagem e, aceitar nova escrita por cima.	Delta	0,51	255,00
26	1000	Caixa	Elástico látex nº 18, caixa com 25 g	Mamuth	0,52	520,00
27	250	Peça	Extrator de grampos, tipo espátula, inoxidável, medindo aproximadamente 14 a 16 cm x 10,5 mm	Bacchi	0,54	135,00
28	1500	Rolo	Fita adesiva larga transparente, medindo aproximadamente 50 mm x 50 m.	Jocar	1,12	1.680,00
29	2000	Rolo	Fita adesiva transparente, tamanho 12 mm x 30 m, tipo polipropileno	Jocar	0,33	660,00
30	3000	Un	Folha de papel almaço com pauta	Mega Life	0,04	120,00
31	2000	Un	Folha de papel embrulho kraft 80 g/m² 90x60	Mex Paper	0,27	540,00
32	10	Caixa	Formulário contínuo branco com 80 colunas medindo 240 x 280 mm, 1 via, caixa com 3000 folhas	Mex Paper	27,75	277,50
33	1000	Caixa	Grampo trançado nº 1 caixa com 12 unidades	Vacchi	1,22	1.220,00
34	300	Peça	Grampeador médio com estrutura metálica de alta resistência, para grampos 26/6, com capacidade para grampear 20 folhas, com base antiderrapante	Jocar	6,52	1.956,00
35	50	Peça	Grampeador semi-industrial metálico grande, com a capacidade para grampear até 100 folhas, tamanho aproximadamente 280 mm x 64 mm x 160 mm.	Jocar	14,98	749,00
36	600	Caixa	Grampo p/ grampeador, cobreado 26/6, caixa c/ 5000 um.	Jocar	1,37	822,00
37	500	Caixa	Grampo tipo trilho inox caixa com 50 unidades.	Deli	2,46	1.230,00
38	3000	Un	Lápis preto 2b	Slim	0,40	1.200,00
39	1000	Un	Lápis preto 6b	Ecole	0,56	560,00
40	300	Un	Livro Ata: capa dura pautado com 100 folhas numeradas, sem margem, tamanho 22 cm x 32 cm, papel sulfite ou apergaminhado com no mínimo 56 g/m²	Foroni	2,90	870,00
41	300	Un	Livro ata capa dura pautado com 50 folhas numeradas, sem margem, tamanho 22 cm x 32 cm, papel sulfite ou apergaminhado com no mínimo 56 g/m²	Foroni	2,00	600,00
42	150	Un	Livro protocolo de entrega de correspondência, capa dura com 100 folhas numeradas, tamanho aproximado 154 mm x 216 mm	Foroni	2,04	306,00
43	700	Un	Pincel atômico, medindo aprox. 12 cm de comprimento com ponta de feltro retangular com escrita medindo aprox. 7,5 mm x 3,5 mm de espessura, tinta à base de álcool na cor azul.	Jocar	1,04	728,00
44	600	Un	Pincel atômico, medindo aprox. 12cm de comprimento com ponta de feltro retangular com escrita medindo aprox. 7,5 mm x 3,5 mm de espessura, tinta à base de álcool na cor vermelho.	Jocar	1,04	624,00
45	700	Un	Pincel atômico, medindo aprox. 12cm de comprimento com ponta de feltro retangular com escrita medindo aprox. 7,5 mm x 3,5 mm de espessura, tinta à base de álcool na cor preta.	Jocar	1,00	700,00
46	10	Caixa	Papel carbono tamanho ofício caixa com 100 folhas cor azul.	Helios	10,48	104,80
47	24	Rolo	Papel tipo contacto transparente autoadesivo, cada rolo com 25m.	Infotac	14,20	340,80
48	1200	Un	Pasta classificadora capa dura lisa plastificada com trilho cromado	ICL	0,87	1.044,00
49	400	Un	Pasta az lombada estreita tamanho ofício com ferragem cromada	BRW	2,84	1.136,00
50	1000	Un	Pasta az lombada larga, tamanho ofício com ferragem cromada	BRW	2,81	2.810,00
51	5000	Un	Pasta cartolina plastificada, com elástico medindo 25 cm x 35 cm	ICL	0,60	3.000,00
52	1000	Un	Pasta catálogo capa preta com 10 plásticos, medindo aproximadamente 33 cm x 24 cm	ACP	1,86	1.860,00

53	500	Un	Pasta de polipropileno sanfonada A-Z com 31 divisórias, tamanho ofício.	Jocar	9,20	4.600,00
54	3000	Un	Pasta suspensa, plastificada, corpo em cartão com gramatura aproximada de 330g, visor e com varão em aço	Ello	0,77	2.310,00
55	1500	Un	Pasta em L polipropileno espessura de 0,18 por 210 mm x 297 mm	Jocar	0,28	420,00
56	150	Un	Perfurador metálico com capacidade para 20 folhas 75 g/m ²	Jocar	6,59	988,50
57	500	Un	Pincel com ponta cônica para quadro branco, na cor azul	Jocar	1,42	710,00
58	500	Un	Pincel com ponta cônica para quadro branco, na cor vermelha	Slim	1,38	690,00
59	500	Un	Pincel com ponta cônica para quadro branco, na cor preta	Jocar	1,42	710,00
60	5000	Un	Plástico para pasta catálogo, com 4 furos, medindo aproximadamente 31 cm x 23 cm.	Deo	0,07	350,00
61	250	Un	Conjunto único de acrílico ou plástico, com porta canetas/clips/recados, na cor preta ou fumê medindo aproximadamente 9,5 cm x 10 cm x 9,5 cm	Acrimet	3,01	752,50
62	500	Un	Régua plástica transparente, espessura mínima de 3 mm e 35 mm de largura, graduada em 30 cm	Leo&Leo	0,57	285,00
63	100	Un	Dispenser em aço inox com tubo acrílico redondo para copo plástico de 80 ml, capacidade 100 copos.	Milenius	16,50	1.650,00
64	100	Un	Dispenser em aço inox com tubo acrílico redondo para copo plástico de 180 ml, capacidade 100 copos	Milenius	18,47	1.847,00
65	200	Un	Tesoura multiuso, lâmina em aço inoxidável e cabo plástico, três dedos, medindo aproximadamente 21 cm, na cor preta ou marinho	Jocar	5,31	1.062,00
66	50	Caixa	Grampo para grampeador 9/8 caixa com 5.000	Bacchi	5,32	266,00
67	50	Caixa	Grampo para grampeador 9/14, caixa com 5.000 un	Bacchi	7,21	360,50
68	30	Pacote	Base de plástico para copo descartável de 80 ml com 10 und.	Milenius	5,46	163,80
69	600	Rolo	Bobina térmica para relógio ponto 0,57 x 360 m	Mex Paper	10,20	6.120,00
70	100	Un	Prancheta em acrílico tamanho ofício com prendedor metálico	Waleu	3,06	306,00
71	30	Un	Fita para impressora nylon 11 mm x 8 m - haste curta na cor preta	Master print	2,80	84,00
72	100	Frasco	Tinta para carimbo na cor preta, com a seguinte composição: resina, água, glicóis e corantes com químico responsável, validade 24 meses impressa no frasco - frasco com 40 ml	Japan	1,64	164,00
73	100	Frasco	Tinta para carimbo na cor azul, com a seguinte composição: resina, água, glicóis e corantes com químico responsável, validade 24 meses impressa no frasco - frasco com 40 ml	Japan	1,65	165,00
74	100	Rolo	Pano multiuso picotado, com tamanho 21 cm x 29 cm cada, 100% fibra biodegradável - rolo com 25 panos	Scotch Brite	3,88	388,00
75	100	Litro	Álcool hospitalar 70% INPM em recipiente plástico de um litro	KBP	1,86	186,00
76	50	Rolo	Fita para máquina olivetii, modelo logus 662, nº 70603753.	Master print	2,25	112,50
TOTAL DO LOTE 1						110.000,00

1ª REGISTRADA: Alexandra dos Passos EPP.

Endereço: Avenida Salvador Di Bernardi, nº 220, Campinas, São José/SC
CEP: 88101-260

Fone/fax (48) 3034-7111

e-mail: licitacao3@mepas.com.br

CNPJ/MF nº 12.260.623/0001-82

2ª REGISTRADA: Dial Departamentos.

LOTE Nº 6				Marca	Valor (R\$)	
Item	Qtde	Unid	Descrição		Unitário	Subtotal
1	500	Un	Bateria 9 V alcalina, embalagem de papelão com plástico de proteção.	Elgin	2,03	1.015,00
2	3000	Pacote	Pilha pequena alcalina LR6/1.5 V - AA, formato cilíndrico, embalagem de papelão com plástico de proteção com duas unidades.	Bravo	1,85	5.550,00
3	500	Pacote	Pilha palito alcalina LR03/1.5 V - aaa, formato cilíndrico, embalagem de papelão com plástico de proteção com duas unidades.	Bravo	2,19	1.095,00
4	200	Pacote	Pilhas médias alcalinas + C, formato cilíndrico, embalagem de papelão com plástico de proteção com duas unidades.	Avant	4,20	840,00
TOTAL DO LOTE 6						8.500,00

1ª REGISTRADA: Alexandra dos Passos EPP.

Endereço: Avenida Salvador Di Bernardi, nº 220, Campinas, São José/SC
CEP: 88101-260

Fone/fax (48) 3034-7111

e-mail: licitacao3@mepas.com.br

CNPJ/MF nº 12.260.623/0001-82

2ª REGISTRADA: Infotriz Comercial Ltda.

LOTE Nº 12				Marca	Valor (R\$)	
Item	Qtde	Unid	Descrição		Unitário	Subtotal
1	600000	Un	Envelope comercial branco 75 mg medindo aproximadamente 114 x 162 mm	Celucat	0,03	18.000,00
2	600000	Un	Envelope ofício branco 75 mg medindo aproximadamente 114 x 229 mm.	Celucat	0,04	24.000,00
3	300000	Un	Envelope saco pardo kraft ou ouro medindo aproximadamente 360 x 260 mm.	Celucat	0,13	39.000,00
4	300000	Un	Envelope saco pardo kraft ou ouro medindo aproximadamente 250 x 170 mm.	Celucat	0,10	30.000,00
TOTAL DO LOTE 12						111.000,00

1ª REGISTRADA: Alexandra dos Passos EPP.

Endereço: Avenida Salvador Di Bernardi, nº 220, Campinas, São José/SC
CEP: 88101-260
Fone/fax (48) 3034-7111
e-mail: licitacao3@mepas.com.br
CNPJ/MF nº 12.260.623/0001-82

2ª REGISTRADA: Aquinpel Suprim. p/ Inf. e Escrit. e Rep. Com. Ltda.

Florianópolis, 15 de agosto de 2013

Deputado Joares Ponticelli- Presidente da ALESC

Carlos Augusto dos Passos- Procurador

*** X X X ***

EXTRATO 157/2013

REFERÊNCIA: 1ª Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 011/2013 oriunda do Pregão Presencial CL nº 016/2013.
OBJETO: Aquisição de material de informática.
VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (01 de agosto de 2013).

FUNDAMENTO LEGAL: artigo 15 da Lei nº 8.666/93 e demais normas contidas na referida Lei com suas alterações posteriores, da Lei nº 10.520/2002, do Ato da Mesa nº 214 de 5/11/2007 e, subsidiariamente, pelo Decreto Federal nº 7.892/2013, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital de Pregão Presencial nº 16/2013.

LOTE Nº 19				Valor (R\$)	
Item	Qtd	Un	Produtos	Unitário	Subtotal
1	10	UN	Cartucho de toner 64418 XL (original), para impressora Lexmark T 644.	580,36	5.803,60
2	10	UN	Cartucho de toner 12A5845 (original) para impressora Lexmark.	771,54	7.715,40
TOTAL Lote 19:					13.519,00

1ª REGISTRADA: Comercial porto Alegre de Máquinas Calculadoras Ltda.

Endereço: Rua Duque de Caxias, nº 170, Porto Alegre/RS
CEP: 90010-280
Fone/fax (51) 3225-1888
e-mail: licitação@portoalegre.rs.com.br
CNPJ/MF nº 87.138.145/0001-31

2ª REGISTRADA: Niehues Com. e Represent. Ltda.

Florianópolis, 15 de agosto de 2013
Deputado Joares Ponticelli- Presidente da ALESC
Gilberto Oliveira Moreira- Sócio Gerente

*** X X X ***

EXTRATO 158/2013

REFERÊNCIA: 1ª Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 010/2013 oriunda do Pregão Presencial CL nº 016/2013.
OBJETO: Aquisição de material de informática.
VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (01 de agosto de 2013).

FUNDAMENTO LEGAL: artigo 15 da Lei nº 8.666/93 e demais normas contidas na referida Lei com suas alterações posteriores, da Lei nº 10.520/2002, do Ato da Mesa nº 214 de 5/11/2007 e, subsidiariamente, pelo Decreto Federal nº 7.892/2013, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital de Pregão Presencial nº 16/2013.

LOTE 17				Marca	Valor (R\$)	
Item	Qtde	Produto			Unitário	Subtotal
1	30	Cartucho de Toner 3960-A preto (orig.) para Multifuncional HP 2840-Q		HP	208,66	6.259,80
2	22	Cartucho de toner 3961-A ciano (orig.) para multifuncional HP 2840-Q		HP	251,39	5.530,58
3	22	Cartucho de toner 3962-A amarelo para multifuncional HP 2840-Q		HP	251,39	5.530,58
4	22	Cartucho de toner 3963-A magenta (orig.) para multifuncional HP 2840-Q		HP	251,39	5.530,58
5	20	Cartucho de toner Q2612-A (orig.) para impressora HP LaserJet M1005		HP	183,12	3.662,40
TOTAL DO LOTE 17						26.513,94

1ª REGISTRADA: Port Distribuidora de Informática e Papelaria Ltda.

Endereço: Rodovia DF-001, Interseção Fazenda Ponto Alta de Cima, Brasília,DF.
CEP: 72427-010

Fone/fax (31) 3349-5047/3291-1052
e-mail: licitação@portinfo.com.br
CNPJ/MF nº 08.228.010/0001-18

2ª REGISTRADA: Escrimate Comercial e Serviços de Informática

LOTE 20				Marca	Valor (R\$)	
Item	Qtde	Produto			Unitário	Subtotal
1	850	Cartucho de tinta preta 51645-AI (HP 45) (original) para impressora jato de tinta HP 930/1220 OBS: Cartucho individual descontinuado pela HP. Caso sejamos vencedores, será fornecido o cartucho C6650FL (corresponde a 2 unidades do 51645A). Pedir em quantidade múltipla de 02.		HP	71,70	60.945,00
2	850	Cartucho de tinta tricolor C6578-AI (HP 78) (original) para impressora jato de tinta HP 930/1220/3820		HP	141,14	119.969,00
3	100	Cartucho de tinta tricolor C6657-AI (HP 57) (original) para impressora jato de tinta HP 5550/5650 - 17 ml		HP	77,58	7.758,00
4	100	Cartucho de tinta preta C6656-AI (HP 56) (original) para impressora jato de tinta HP 5550/5650 - 19 ml		HP	53,27	5.327,00
5	1150	Cartucho de tinta cor C9363-WL (HP 97) (original) para impressora jato de tinta HP 5940/6940		HP	75,51	86.836,50
6	1150	Cartucho de tinta preta C8767-WI (HP 96) (original) para impressora jato de tinta HP 5940/6940		HP	73,93	85.019,50
7	30	Cartucho de tinta preta C6615-NI (HP 15) (original) para impressora jato de tinta HP 3820		HP	38,86	1.165,80
TOTAL DO LOTE 20						367.020,80

1ª REGISTRADA: Port Distribuidora de Informática e Papelaria Ltda.

Endereço: Rodovia DF-001, Interseção Fazenda Ponto Alta de Cima, Brasília,DF.
CEP: 72427-010

Fone/fax (31) 3349-5047/3291-1052
e-mail: licitação@portinfo.com.br
CNPJ/MF nº 08.228.010/0001-18

2ª REGISTRADA: Eonix Suprimentos e Informática Ltda.Me

Florianópolis, 16 de agosto de 2013
Deputado Joares Ponticelli- Presidente da ALESC
Márcia Costa Araújo Marques- Procuradora

*** X X X ***

EXTRATO 159/2013

REFERÊNCIA: 1ª Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 014/2013 oriunda do Pregão Presencial CL nº 016/2013.
OBJETO: Aquisição de material de expediente.
VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (01 de agosto de 2013).

FUNDAMENTO LEGAL: artigo 15 da Lei nº 8.666/93 e demais normas contidas na referida Lei com suas alterações posteriores, da Lei nº 10.520/2002, do Ato da Mesa nº 214 de 5/11/2007 e, subsidiariamente, pelo Decreto Federal nº 7.892/2013, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital de Pregão Presencial nº 16/2013.

LOTE 16				Marca	Valores (R\$)	
Item	Qtde	Und	Especificação		Unit.	Subtotal
1	300	und	Garrafa térmica sem pressão, tampa de rosca, capacidade de 1 litro.	Continental	16,82	5.046,00
2	300	und	Garrafa térmica com alça, tampa de pressão, serve jato, capacidade de 1 litro.	Aladdin	28,62	8.586,00
3	50	und	Garrafa térmica com alça e tampa de pressão, serve jato, capacidade de três litros em aço inox sem ampola.	Aladdin	187,16	9.358,00
TOTAL DO LOTE 16						22.990,00

1ª REGISTRADA: Bruthan Comercial Ltda.

Endereço: Rua Felipe Neves, nº 631, Estreito, Florianópolis/SC
CEP: 88070-760
Fone/fax (48) 3224-7638
e-mail: bruthan@bruthan.com.br
CNPJ/MF nº 02.625.813/0001-00

2ª REGISTRADA: Alexandra dos Passos Ltda.

Florianópolis, 16 de agosto de 2013
Deputado Joares Ponticelli- Presidente da ALESC
Edu Mansur Godinho- Sócio Administrador

*** X X X ***

EXTRATO 160/2013

REFERÊNCIA: 1ª Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 004/2013 oriunda do Pregão Presencial CL nº 012/2013.

OBJETO: Aquisição de material de manutenção

VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (05 de agosto de 2013).

FUNDAMENTO LEGAL: artigo 15 da Lei nº 8.666/1993 e demais

normas contidas na referida Lei com suas alterações posteriores, da Lei nº 10.520/2002, subsidiariamente pelo Decreto Federal nº 7.892 de 23/1/2013, do Ato da Mesa nº 214 de 5/11/2007 e da Autorização para Processo Licitatório nº 7 de 12/6/2013, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital de Pregão Presencial nº 12 de 4/7/2013.

ITEM	UNID	QTDE	LOTE 2 ESPECIFICACAO	FAB/MARCA	VALORES (R\$)	
					UNIT	SUBTOTAL
1	50	Un	Adaptador hidráulico de PVC de 20 mm	Plastubos	0,35	17,50
2	50	Un	Adaptador hidráulico de PVC de 25 mm	Plastubos	0,40	20,00
3	20	Un	Adesivos para pvc (bisnaga) 175 g	Krona	9,66	193,20
4	50	Un	Anel de vedação de cera para instalação de vaso sanitário	Astra	8,50	425,00
5	20	Un	Arco de serra manual	Disma	14,14	282,80
6	20	Barra	Cano de PVC 25 mm	Plastubos	10,80	216,00
7	20	Barra	Cano de PVC 40 mm	Plastubos	32,99	659,80
8	20	Barra	Cano de PVC 20 mm	Plastubos	8,46	169,20
9	20	Un	Broca de vídea 10 mm	Disma	9,11	182,20
10	30	Un	Broca de vídea 5 mm	Disma	4,65	139,50
11	30	Un	Broca de vídea 6 mm	Disma	4,81	144,30
12	10	Un	Broca de vídea para furadeira pneumática 6 mm	Disma	12,82	128,20
13	10	Un	Broca de vídea para furadeira pneumática 10 mm	Disma	18,47	184,70
14	20	Un	Broca de vídea 12 mm	Disma	12,77	255,40
15	10	Un	Broca de vídea para furadeira pneumática 12 mm	Disma	21,42	214,20
16	30	Un	Broca de vídea 8 mm	Disma	6,62	198,60
17	20	Un	Broca de aço rápido 10 mm	Disma	16,85	337,00
18	20	Un	Broca de aço rápido 12 mm	Disma	21,57	431,40
19	30	Un	Broca de aço rápido 2,5 mm	Disma	3,95	118,50
20	30	Un	Broca de aço rápido 3,5 mm	Disma	4,12	123,60
21	30	Un	Broca de aço rápido 3 mm	Disma	3,79	113,70
22	30	Un	Broca de aço rápido 6 mm	Disma	6,44	193,20
23	30	Un	Broca de aço rápido 8 mm	Disma	9,06	271,80
24	1000	Un	Bucha plástica para fixação nº 6	Vonder	0,08	80,00
25	500	Un	Bucha plástica para fixação nº 10	Vonder	0,19	95,00
26	500	Un	Bucha plástica para fixação nº 12	Vonder	0,31	155,00
27	1000	Un	Bucha plástica para fixação nº 8	Vonder	0,10	100,00
28	1000	Un	Bucha em nylon, especialmente desenvolvida para fixação de objetos em dry-wal, forros de cesso acarlonado e em base de material oco.	Nacional	0,75	750,00
29	50	Un	Bucha plástica para fixação de bacio 12 mm	Vonder	0,25	12,50
30	30	Un	Cabide cromado modelo izy marca deca referência 2060 c37	Jackwal	64,34	1.930,20
31	30	Un	Cantoneira metálica em L 11 x 7 cm	Nacional	1,45	43,50
32	50	Un	Cap de 25 mm com rosca externa	Plastubos	0,48	24,00
33	10	Galao	Cola variada de contato (tipo cascola) g1.3,6	Amazonas	52,68	526,80
34	50	Un	Curva em PVC de 20 mm	Plastubos	1,26	63,00
35	50	Un	Curva em PVC 25 mm	Plastubos	1,56	78,00
36	10	Un	Disco de serra circular 30, dentes em vídea diamantada 110 mm, rpm 12.000	Disma	24,96	249,60
37	10	Un	Disco diamantado corte a água para concreto em geral 115 x 1.8 x 5 22.23 mm	Disma	21,44	214,40
38	10	Un	Disco diamantado de corte segmentado para concreto em geral 115 x 1.8 x 522.23 mm	Disma	21,45	214,50
39	10	Un	Disco diamantado para granito e mármore, bitola 110 x 20 mm	Disma	19,48	194,80
40	50	Un	Dispenser de parede para sobonete líquido, de plástico na cor branca, com capacidade para refil l de 700 ml, da marca exacta ou similar.	Nobre	101,50	5.075,00
41	50	Un	Dobradiça tipo canopla para armários	Nacional	2,25	112,50
42	100	Un	Dobradiça de latão cromada - 3" x 1/2"	Ferca	8,19	819,00
43	50	Un	Engate plástico flexível com anel 40 cm	Alumasa	2,57	128,50
44	4	Un	Escada metálica em alumínio com 6 degraus	Alumasa	113,23	452,92
45	4	Un	Escada metálica em alumínio	Alumasa	131,63	526,52
46	10	Un	Espátula com cabo de madeira 10 cm de lâmina	Nacional	7,74	77,40
47	10	Un	Estilete emborrachado com empunhadura ergonômica com lâmina de 1", 0,7 de espessura com trava screw locking	Disma	16,10	161,00
48	50	Un	Fechadura metálica para gaveta cilindro curto	Soprano	5,89	294,50
49	50	Un	Fechadura metálica para gaveta cilindro longo	Soprano	6,65	332,50
50	50	Un	Fechadura de gaveta com pino de pressão	Soprano	14,55	727,50
51	5	Galao	Cola de contato super, galão de 3,6 L	Amazonas	52,97	264,85
52	50	Un	Joelho em PVC de 20 mm	Plastubos	0,30	15,00
53	50	Un	Joelho em PVC, 25 mm	Plastubos	0,38	19,00
54	50	Un	Joelho de 25 x 1/2, na cor marrom	Plastubos	0,99	49,50
55	50	Un	Joelho em PVC, 40 mm esgoto	Plastubos	0,75	37,50
56	50	Un	Joelho em PVC 90º 50 mm para esgoto	Plastubos	1,30	65,00
57	20	Un	Joelho em PVC 90º 100 mm para esgoto	Plastubos	3,74	74,80
58	50	Un	Joelho de 25 x 1/2 em PVC azul	Plastubos	3,05	152,50
59	50	Un	Joelho em PVC soldável 20 mm	Plastubos	0,29	14,50
60	10	Kg	Prego sem cabeça 12 x 12 mm	Gerdau	10,15	101,50
61	10	Kg	Prego com cabeça bitola 14x21	Gerdau	8,64	86,40

62	10	Kg	Prego galvanizado 17 x 27 mm com cabeça	Gerdau	7,36	73,60
63	10	Kg	Prego de aço 15 x 15	Gerdau	10,88	108,80
64	10	Kg	Prego galvanizado 14 x 21 mm sem cabeça	Gerdau	9,01	90,10
65	10	Kg	Prego sem cabeça bitola 15x21	Gerdau	9,95	99,50
66	50	Un	Lâmina em aço rápido para arco de serra	Disma	3,43	171,50
67	30	Un	Lâmina para estilete de 1"	Disma	3,33	99,90
68	10	Lata	Massa plástica 400 g	Ibere	8,02	80,20
69	10	Lata	Cola Amazonas, cod am310, lata 14 kg	Amazonas	231,94	2.319,40
70	50	Un	Ligação flexível cromada para mictório, de 25 cm	Nacional	24,11	1.205,50
71	10	Rolo	Lona plástica preta 4 x 100 m	Lonax	227,33	2.273,30
72	20	Un	Luva de redução em PVC de 100 mm para 50 mm	Plastubos	4,99	99,80
73	20	Un	Luva em PVC 40 mm para esgoto	Plastubos	1,03	20,60
74	30	Un	Luva em PVC 50 mm para esgoto	Plastubos	1,86	55,80
75	10	Lata	Massa plástica para colar granito 800 g	Ibere	9,33	93,30
76	30	Un	Luva em PVC soldável 25 mm	Plastubos	0,42	12,60
77	30	Un	Luva em PVC soldável de 25 mm de correr	Plastubos	5,23	156,90
78	30	Un	Luva em PVC soldável 20 mm	Plastubos	0,56	16,80
79	50	Un	Mão francesa metálica de 30 x 40 cm	Nacional	14,75	737,50
80	50	Un	Mecanismo completo para caixa de descarga acoplada, com acionamento lateral (astral)	Astra	77,70	3.885,00
81	50	Un	Mecanismo completo para caixa de descarga acoplada, com acionamento superior (astral)	Astra	76,07	3.803,50
82	50	Metro	Lixa nº 120 amarela	Carborundu	3,22	161,00
83	50	Metro	Lixa nº 60 amarela	Carborundu	3,59	179,50
84	50	Metro	Lixa nº 80 amarela	Carborundu	3,65	182,50
85	100	Metro	Mangueira plástica cristal de 1/2"	Nacional	1,63	163,00
86	50	Un	Mola hidráulica dorma MA 200/4	Soprano	132,25	6.612,50
87	50	Un	Nípel com rosca 3/4"	Plastubos	0,66	33,00
88	50	Un	Nípel em PVC com rosca 1/2"	Plastubos	0,50	25,00
89	20	Pacote	Abraçadeira nylon 6,6 f-7028, 16 cm	Lukma	8,94	178,80
90	20	Pacote	Abraçadeira nylon 6,6 f-7028, 27 cm	Lukma	23,46	469,20
91	10	Un	Pistola metálica para aplicação de silicone	Disma	12,39	123,90
92	20	Un	Ponteira para parafusadeira 12-2 fenda	Uystools	5,97	119,40
93	20	Un	Ponteira para parafusadeira 12-2 phillips.	Uystools	6,36	127,20
94	500	Un	Porca bitola de 1/4 de ferro	Jomarca	0,21	105,00
95	50	Un	Porta papel higiênico de plástico preto, goederl ou similar	Nobre	21,64	1.082,00
96	100	Un	Prendedor de porta de piso latão fumê	Nacional	13,21	1.321,00
97	100	Un	Redução excêntrica bitola 100 x 75	Plastubos	5,40	540,00
98	100	Un	Redução excêntrica bitola 100 x 50	Plastubos	4,67	467,00
99	10	Un	Registro de gaveta de 25 mm	Japi	13,55	135,50
100	10	Un	Registro de metal de gaveta 3/4	Japi	31,27	312,70
101	10	Un	Registro de pressão de 1/2"	Imperatriz	5,86	58,60
102	10	Un	Registro de pressão soldável de 25 mm	Unifort	8,38	83,80
103	50	Un	Reparo para válvula de descarga da hydra	Censi	15,84	792,00
104	20	Rolo	Arame galvanizado, fio 16	Gerdau	10,74	214,80
105	20	Rolo	Fita zebrada para isolamento de área 7 cm x 200	Nacional	12,98	259,60
106	50	Rolo	Fita veda rosca para vedação	Plastubos	4,56	228,00
107	30	Rolo	Fita dupla face	3m	14,07	422,10
108	50	Un	Sifão para lavatório cromado (deca)	Japi	125,74	6.287,00
109	50	Un	Sifão plástico flexível - tubo extensivo	Valeplast	4,83	241,50
110	50	Un	Tampão (cap) de 20 mm, marrom	Plastubos	0,57	28,50
111	50	Un	Tampão (cap) de 25 mm, marrom	Plastubos	0,60	30,00
112	30	Un	Tampão cap com rosca interna de 1/2"	Plastubos	0,70	21,00
113	30	Un	Tampão cap com rosca externa de 1/2"	Plastubos	0,37	11,10
114	20	Un	Te em PVC para esgoto 40 mm	Plastubos	1,51	30,20
115	20	Un	Te em PVC para esgoto 50 mm	Plastubos	4,39	87,80
116	50	Un	Te em PVC de rosca de 1/2"	Plastubos	1,69	84,50
117	50	Un	Te em PVC soldável 25 mm	Plastubos	1,10	55,00
118	30	Un	Te hidráulico de 1/2"	Plastubos	1,67	50,10
119	50	Un	Toalheiro dispenser plástico, tipo melhoramentos, cod.7020	Nobre	53,05	2.652,50
120	20	Un	Torneira de mesa elétrica bivolt cromado com acionamento por sensor - modelo docol tronic on/off	Imperatriz	862,38	17.247,60
121	10	Un	Torneira lavatório de mesa bica alta de metal cromado	Imperatriz	68,68	686,80
122	10	Un	Torneira de metal de parede - bica alta - de 1/2"	Imperatriz	66,68	666,80
123	10	Un	Torneira de jardim com chaveta de 1/2	Imperatriz	33,85	338,50
124	20	Un	Trena metálica medindo 7 metros	Disma	19,24	384,80
125	20	Tubo	Cola super bonder 5 g	S.bonder	5,82	116,40
126	30	Tubo	Colas variadas de silicone preto.	Tytan	12,36	370,80
127	50	Tubo	Colas variadas de silicone transparente 280 ml.	Tytan	10,81	540,50
128	30	Tubo	Tubo de ligação flexível em pvc cromado para caixa de descarga	Mister	14,10	423,00
129	20	Tubo	Tubo de espuma expansiva de poliuretano reaproveitável 500 ml	Mister	18,53	370,60
130	10	Un	Cola araldite trasnpárente secagem 24 horas	Araldite	17,66	176,60
131	30	Lata	Desengripante spray 300 ml	Mister	12,30	369,00
132	20	Un	Selante pu cinza	Mister	25,99	519,80
133	50	Un	Tubo extensivo de 80 cm	Mister	49,63	2.481,50
134	20	Un	Válvula metálica para cuba	Nacional	15,93	318,60
135	20	Un	Válvula metálica para lavatório de coluna	Nacional	13,97	279,40

136	20	Un	Válvula para mictório ref. 1181 (fabrimar)	Jackwal	128,92	2.578,40
137	50	Un	Cap de 25 mm com rosca interna	Plastubos	0,90	45,00
138	50	Un	Reservatório para sabonete líquido/alcool gel com capacidade 700 ml	Nobre	5,86	293,00
139	10	Un	Boia elétrica para caixa d'água - 1,5 m	kits Brasil	37,49	374,90
140	10	Un	Torneira elétrica articulável	Lorenzetti	169,92	1.699,20
			TOTAL SEM DESCONTO			89.000,09
			DESCONTO			0,09
			TOTAL DO LOTE 2			89.000,00

1ª REGISTRADA: Cristiani Louri Rodrigues & Cia Ltda.Me- Terra Firme

Endereço: Rua 25 de novembro, nº 80, Nossa Senhora, São José/SC

CEP: 88.110-690

Fone/fax (48) 3246-2921

e-mail: terrafirmedistribuciao@hotmail.com

CNPJ/MF nº 08.676.816/0001-41

Florianópolis, 16 de agosto de 2013

Deputado Joares Ponticelli- Presidente da ALESC

Jaison Cleber Silveira- Proprietário

*** X X X ***

EXTRATO 161/2013

REFERÊNCIA: 1ª Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 023/2013 oriunda do Pregão Presencial CL nº 016/2013.

OBJETO: Aquisição de material de expediente.

VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (01 de agosto de 2013).

FUNDAMENTO LEGAL: artigo 15 da Lei nº 8.666/93 e demais normas contidas na referida Lei com suas alterações posteriores, da Lei nº 10.520/2002, do Ato da Mesa nº 214 de 5/11/2007 e, subsidiariamente, pelo Decreto Federal nº 7.892/2013, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital de Pregão Presencial nº 16/2013.

LOTE Nº 14				Marca	Valor (R\$)	
Item	Qtde	Unid	Descrição		Unitário	Subtotal
1	2	Pacote	Papel color plus, azul nice, 180 g/m², formato 66 x 96 cm, com 125 fls.	Arjo Wiggins	222,60	445,20
2	2	Pacote	Papel color plus, verde, 180 g/m², formato 66 x 96 cm, com 125 fls.	Arjo Wiggins	268,56	537,12
3	2	Pacote	Papel color plus, azul escuro (Califórnia), 180 g/m², formato 66 x 96 cm, com 125 fls.	Arjo Wiggins	277,26	554,52
4	2	Pacote	Papel color plus, laranja madri, 180 g/m², formato 66 x 96 cm, com 125 fls.	Arjo Wiggins	231,32	462,64
5	2	Pacote	Papel color plus, rosa fidgi, 180 g/m², formato 66 x 96 cm, com 125 fls.	Arjo Wiggins	219,82	439,64
6	2	Pacote	Papel color plus, vermelho london, 180 g/m², formato 66 x 96 cm, com 125 fls.	Arjo Wiggins	297,22	594,44
7	2	Pacote	Papel color plus, verde amazonas, 180 g/m², formato 66 x 96 cm, com 125 fls.	Arjo Wiggins	296,71	593,42
8	2	Pacote	Papel color plus, verde tahiti, 180 g/m², formato 66 x 96 cm, com 125 fls.	Arjo Wiggins	228,76	457,52
9	2	Pacote	Papel color plus, bege kenya, 180 g/m², formato 66 x 96 cm, com 125 fls.	Arjo Wiggins	202,50	405,00
10	2	Pacote	Papel color plus, cinza milano, 180 g/m², formato 66 x 96 cm, com 125 fls.	Arjo Wigginsv	198,57	397,14
11	2	Pacote	Papel color plus, amarelo rio de janeiro, 180 g/m², formato 66 x 96 cm, com 125 fls.	Arjo Wiggins	251,68	503,36
TOTAL DO LOTE 14						5.390,00

1ª REGISTRADA: Dicapel Papéis e Embalagens Ltda.

Endereço: Rua Dois de Setembro, nº 305, Itoupava Norte, Blumanau/SC

CEP: 89052-000

Fone/fax (47) 3331-5656

e-mail: licitacao@dicapel.com.br

CNPJ/MF nº 83.413.591/0003-18

2ª REGISTRADA: Infotriz Comercial Ltda.

Florianópolis, 16 de agosto de 2013

Deputado Joares Ponticelli- Presidente da ALESC

Edson Fernando Mazuco- Procurador

*** X X X ***

EXTRATO Nº 162/2013

REFERENTE: 03º Termo Aditivo de 22/07/2013, referente ao Contrato CL nº 075/2011, celebrado em 11/11/2011.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Nutrivending Comercial Ltda.

OBJETO: Com base na reivindicação da Contratada e a devida Autorização Administrativa, reajustar o contrato original em 7,52% correspondente à variação do Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas - IGPM/FGV - apurado no período de novembro/2011 a outubro/2012, com eficácia a partir da competência novembro/2012, inclusive, passando o valor mensal do contrato relativamente aos itens 01 e 02 de R\$ 45.784,90 para R\$ 49.228,97, representando um acréscimo mensal de R\$ 3.444,07.

VIGÊNCIA: o presente termo passa a vigorar a partir da data de sua assinatura 22/07/2013 com efeitos financeiros a contar de 01/11/2012.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65 da Lei 8.666/93; Item 3.5 da Cláusula Terceira do Contrato original; Item 15.2 do Edital de Pregão 030/2011e; Autorização administrativa.

Florianópolis, 16 de agosto de 2013.

Deputado Joares Ponticelli - Presidente da ALESC

Lidiane Maria Prado Correa- Sócia

*** X X X ***

EXTRATO Nº 163/2013

REFERENTE: 03º Termo Aditivo de 26/07/2013, referente ao Contrato CL nº 033/2011, celebrado em 01/06/2011.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Editora Notícias do Dia Ltda.

OBJETO: Rescindir o contrato nº 033/2011-00, em face da renovação das 42 (quarenta e duas) assinaturas do jornal "Notícias do Dia" estar sendo feita com base na Inexigibilidade 001/2013, cujo pagamento será feito em parcela única, mediante a apresentação da Nota Fiscal.

VIGÊNCIA: passa a vigorar a partir da sua assinatura 26/07/2013, com efeitos a contar de 01/08/2013, ficando ratificado o contrato original em todas as suas demais cláusulas e condições.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 79, II, § 1º, da Lei nº 8.666/93 e; Autorização administrativa.

Florianópolis, 16 de agosto de 2013.

Deputado Joares Ponticelli - Presidente da ALESC

Marcelo Correia Petrelli- Diretor Executivo

*** X X X ***

EXTRATO Nº 164/2013

REFERENTE: Inexigibilidade nº 031/2013 celebrado em 05/08/2013.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Zoom Promoção de Feiras e Eventos Ltda.

OBJETO: Aquisição de cota de participação com uso de espaço físico, incluindo a construção de stand, na 4ª Edição da FACE (Feira das Áreas do Conhecimento, Cultura e Educação), que acontecerá no Parque de Exposições da EFAPI no período de 29 a 31 de agosto.

VALOR: R\$ 25.000,00

FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93 e Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 049/2013.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação 1144 (Manutenção de Serviços Administrativos Gerais) e Item Orçamentário 3.3.90.39.00 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica). Subelemento: 3.3.90.39.55 (patrocínio).

Florianópolis, 16 de agosto de 2013.

Joares Ponticelli - Presidente ALESC

*** X X X ***

EXTRATO Nº 165/2013

REFERENTE: Contrato CL nº 044/2013-00, celebrado em 05/08/2013.
 CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
 CONTRATADA: Zoom Promoção de Feiras e Eventos Ltda.
 OBJETO: Adquirir cota de participação, com uso de espaço físico e de stand, na 4ª Edição da FACE (**Feira das Áreas do Conhecimento, Cultura e Educação**), que acontecerá no Parque de Exposições da EFAPI no período de 29 a 31 de agosto do corrente ano.
 VALOR: R\$ 25.000,00
 FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 caput da Lei 8.666/93; Inexigibilidade de Licitação nº 031/2013; Processo Licitatório nº 049/2013 e; Autorização Administrativa.
 Florianópolis, 16 de agosto de 2013.
 Deputado Joares Ponticelli - Presidente ALESC
 Leonardo Rinaldi- Diretor

*** X X X ***

EXTRATO Nº 166/2013

REFERENTE: 01º Termo Aditivo de 02/08/2013, referente ao Contrato CL nº 033/2011, celebrado em 17/12/2012.
 CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
 CONTRATADA: Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste- COOPERESTE.
 OBJETO: Com base na reivindicação da contratada e a devida autorização administrativa, reajustar o contrato original em 25,70%, que se refere à variação no preço do litro de leite integral marca Terra Viva que passou de R\$ 1,79 para R\$ 2,25, provocando um aumento no valor original do contrato de R\$ 3.450,00 .
 VALOR: Do contrato ano passa de R\$ 32.220,00 para R\$ 35.670,00, com efeito a partir de 1º de agosto de 2013.
 FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e suas alterações posteriores; Cláusula Terceira, item 3.4 do contrato original; Item 15.2 do Edital de Pregão nº 032 de 03/12/2012 e; Autorização Administrativa.
 Florianópolis, 19 de agosto de 2013.
 Deputado Joares Ponticelli - Presidente da ALESC
 Celestino Roque Persch- Presidente

*** X X X ***

PORTARIAS**PORTARIA Nº 2043, de 19 de agosto de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **HIPÓCRATES FERNANDES**, matrícula nº 6843, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 15 de agosto de 2013 (Gab Dep Nilson Gonçalves).

Carlos Alberto de Lima Souza
 Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2044, de 19 de agosto de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **CELIO ANTONIO**, matrícula nº 2152, no Gabinete do Deputado Padre Pedro Baldissera, a contar de 15 de agosto de 2013

Carlos Alberto de Lima Souza
 Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2045, de 19 de agosto de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.

PUBLICAR que os servidores abaixo relacionados exercem **Atividade Parlamentar Externa**, a contar de 7 de agosto de 2013.

Gab. Dep. Serafim Venzon

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
6527	ARISTILIANO LOSCHNER	BRUSQUE
7294	RICARDO ANDREI CAPISTRANO	FLORIANÓPOLIS

Carlos Alberto de Lima Souza
 Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2046, de 19 de agosto de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria nº 1977, de 12 de agosto de 2013 que incluiu quotas de adicional por tempo de serviço ao servidor **MARCELO ALVES CRIVELATTI**, matrícula nº 5314, nos seguintes termos:

ONDE SE LÊ: "..., Total 6%,..."

LEIA-SE: "..., Total 9%,..."

Carlos Alberto de Lima Souza
 Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETO DE LEI**PROJETO DE LEI Nº 312/13**

ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO GOVERNADOR
MENSAGEM Nº 960

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Blumenau".

Florianópolis, 8 de agosto de 2013

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
 Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 13/08/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

GABINETE SECRETÁRIO

Em nº 128/13

Florianópolis, 09 de julho de 2013.

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Projeto de Lei que a autoriza a ceder ao Município de Blumenau, pelo prazo de 2 (dois anos), o uso gratuito dos seguintes imóveis:

I - o imóvel com área de 10.000,00 m² (dez mil quadrados), onde se encontra instalada a E. E. B. Comendador Arno Zadrozny, registrado sob o nº 5.048 no 1º Registro de Imóveis da Comarca de Blumenau e cadastrado sob o nº 01197 no Sistema de Gestão Patrimonial.

II - o imóvel com área de 32.040,00m² (trinta e dois mil e quarenta metros quadrados), onde se encontra instalada a E. B. Pedro II, registrado sob os nº 24.319 e 17.790 no 1º Registro de Imóveis da Comarca de Blumenau e cadastrado sob o nº 01169 no Sistema de Gestão Patrimonial.

A presente cessão de uso tem por objetivo o atendimento do Ensino Fundamental da EBM. Profª Júlia Strazalkowska e EBM. Tiradentes, respectivamente.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

Derly Massaud Anuniação

Secretário de Estado da Administração

PROJETO DE LEI Nº 312.3/2013

Autoriza a cessão de uso de imóveis no Município de Blumenau.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder ao Município de Blumenau, pelo prazo de 2 (dois) anos, o uso compartilhado de parte dos seguintes imóveis:

I - o imóvel com área de 10.000,00 m² (dez mil metros quadrados), onde se encontra instalada a EEB Comendador Arno Zadrozny, matriculado sob o nº 5.048 no 1º Registro de Imóveis da

Comarca de Blumenau e cadastrado sob o nº 01197 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA); e

II - o imóvel com área de 32.040,00 m² (trinta e dois mil e quarenta metros quadrados), onde se encontra instalada a EEB Pedro II, matriculado sob os nºs 17.790 e 24.319 no 1º Registro de Imóveis da Comarca de Blumenau e cadastrado sob o nº 01169 no Sistema de Gestão Patrimonial da SEA.

Art. 2º A presente cessão de uso tem por objetivo o atendimento do Ensino Fundamental da EBM Profª Júlia Strazalkowska e da EBM Tiradentes, respectivamente.

Art. 3º Findas as razões que justificam a presente cessão de uso, bem como vindo o Estado a necessitar do imóvel para uso próprio, o mesmo reverterá ao seu domínio.

Art. 4º Ocorrendo a reversão antecipada ou ao término do prazo da cessão de uso, o imóvel e suas benfeitorias passarão ao domínio do cedente, sem direito de indenização ao cessionário, em face da gratuidade da cessão.

Art. 5º Serão de responsabilidade do cessionário os custos, as obras e os riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da cessão de uso.

Art. 6º O cessionário, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta cessão de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; e

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 7º Enquanto durar a cessão de uso, o cessionário defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo cedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 8º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei disciplinando e detalhando os direitos e as obrigações do cedente e do cessionário.

Art. 9º O Estado será representado no ato da cessão de uso pelo titular da SEA ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Blumenau.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

(Republicado por incorreção)

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 016/2013

Declara de utilidade pública a Associação Multiplicadora de Pesquisa, Ensino e Resgate em Emergência (AMPERE), com sede no Município de Joinville.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Multiplicadora de Pesquisa, Ensino e Resgate em Emergência (AMPERE), com sede no Município de Joinville.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 15 de agosto de 2013.

Deputado MAURO DE NADAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 106/2011

Determina a inclusão da carne de peixe na alimentação escolar das unidades educacionais do Estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica incluída a carne de peixe na alimentação escolar das unidades educacionais do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. O produto a que se refere o *caput* deste artigo é exclusivo para pescados industrializados.

Art. 2º O Conselho Estadual de Alimentação Escolar adotará as medidas necessárias para o atendimento ao disposto nesta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 15 de agosto de 2013.

Deputado MAURO DE NADAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 132/2013

Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Urussanga.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder ao Município de Urussanga, pelo prazo de 10 (dez) anos, o imóvel com área de 750,00 m² (setecentos e cinquenta metros quadrados), matriculado sob o nº 22.612 no Registro de Imóveis da Comarca de Urussanga e cadastrado sob o nº 3506 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º A presente cessão de uso tem por objetivo acomodar a Secretaria de Agricultura e a Fundação de Meio Ambiente do Município.

Art. 3º Findas as razões que justificam a presente cessão de uso, bem como vindo o Estado a necessitar do imóvel para uso próprio, o mesmo reverterá ao seu domínio.

Art. 4º Ocorrendo a reversão antecipada ou ao término do prazo da cessão de uso, o imóvel e suas benfeitorias passarão ao domínio do Estado, sem direito de indenização ao cessionário, em face da gratuidade da cessão.

Art. 5º Serão de responsabilidade do cessionário os custos, as obras e os riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da cessão de uso.

Art. 6º O cessionário, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta cessão de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; e

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 7º Enquanto durar a cessão de uso, o cessionário defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo cedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 8º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei disciplinando e detalhando os direitos e as obrigações do cedente e do cessionário.

Art. 9º O Estado será representado no ato da cessão de uso pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Criciúma.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 15 de agosto de 2013.

Deputado MAURO DE NADAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 134/2013

Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de São Bernardino.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder ao Município de São Bernardino, até 31 de dezembro de 2016, o uso gratuito de uma área de 450,00 m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), parte do imóvel onde se encontra instalada a EEB São Bernardino, matriculado sob o nº 2.230 no Registro de Imóveis da Comarca de Campo Erê e cadastrado sob o nº 04098 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º A presente cessão de uso tem por objetivo a implantação do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) por parte da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, em parceria com o Município.

Art. 3º Findas as razões que justificam a presente cessão de uso, bem como vindo o Estado a necessitar do imóvel para uso próprio, o mesmo reverterá ao seu domínio.

Art. 4º Ocorrendo a reversão antecipada ou ao término do prazo da cessão de uso, o imóvel e suas benfeitorias passarão ao domínio do Estado, sem direito de indenização ao cessionário, em face da gratuidade da cessão.

Art. 5º Serão de responsabilidade do cessionário os custos, as obras e os riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação,

segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da cessão de uso.

Art. 6º O cessionário, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta cessão de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; e

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 7º Enquanto durar a cessão de uso, o cessionário defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo cedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 8º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei disciplinando e detalhando os direitos e as obrigações do cedente e do cessionário.

Art. 9º O Estado será representado no ato da cessão de uso pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de São Lourenço do Oeste.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 15 de agosto de 2013.

Deputado MAURO DE NADAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 136/2013

Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Presidente Getúlio.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder ao Município de Presidente Getúlio, pelo prazo de 5 (cinco) anos, durante o período vespertino, o uso gratuito de uma sala de aula, parte do imóvel onde se encontra instalada a EEF Walter Buss, matriculado sob o nº 27.482 no Registro de Imóveis da Comarca de Ibirama e cadastrado sob o nº 01918 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º A presente cessão de uso tem por finalidade o desenvolvimento de atividades educacionais pré-escolares pelo Município.

Art. 3º Findas as razões que justificam a presente cessão de uso, bem como vindo o Estado a necessitar do imóvel para uso próprio, o mesmo reverterá ao seu domínio.

Art. 4º Ocorrendo a reversão antecipada ou ao término do prazo da cessão de uso, o imóvel e suas benfeitorias passarão ao domínio do Estado, sem direito de indenização ao cessionário, em face da gratuidade da cessão.

Art. 5º Serão de responsabilidade do cessionário os custos, as obras e os riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da cessão de uso.

Art. 6º O cessionário, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta cessão de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; e

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 7º Enquanto durar a cessão de uso, o cessionário defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo cedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 8º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei disciplinando e detalhando os direitos e as obrigações do cedente e do cessionário.

Art. 9º O Estado será representado no ato da cessão de uso pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Ibirama.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 15 de agosto de 2013.

Deputado MAURO DE NADAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 137/2013

Autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Biguaçu.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder à Associação de Moradores do Bairro de Tijuquinhas (ASMOBATI), no Município de Biguaçu, pelo prazo de 5 (cinco) anos, o uso gratuito de um galpão, anexo à EEB Cônego Rodolfo Machado, registrado sob o nº

13.116 no Registro de Imóveis da Comarca de Biguaçu e cadastrado sob o nº 0052 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

Parágrafo único. De acordo com o inciso I do parágrafo único do art. 7º da Lei nº 5.704, de 28 de maio de 1980, fica dispensada a concorrência para concessão de uso de que trata esta Lei por ser a entidade constituída de fins sociais e declarada de utilidade pública pela Lei municipal nº 1.524, de 9 de abril de 2001.

Art. 2º A presente concessão de uso tem por objetivo dar continuidade ao desenvolvimento de suas atividades, com vistas a atender às necessidades da comunidade e da EEB Cônego Rodolfo Machado.

Art. 3º Findas as razões que justificam a presente concessão de uso, bem como vindo o Estado a necessitar do imóvel para uso próprio, o mesmo reverterá ao seu domínio.

Art. 4º Ocorrendo a reversão antecipada ou ao término do prazo da concessão de uso, o imóvel e suas benfeitorias passarão ao domínio do Estado, sem direito de indenização à concessionária, em face da gratuidade da concessão de uso.

Art. 5º Serão de responsabilidade da concessionária os custos, as obras e os riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da concessão de uso.

Art. 6º A concessionária, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta concessão de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; e

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 7º Enquanto durar a concessão de uso, a concessionária defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pela concedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 8º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei disciplinando e detalhando os direitos e as obrigações da concedente e da concessionária.

Art. 9º O Estado será representado no ato da concessão de uso pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 15 de agosto de 2013.

Deputado MAURO DE NADAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 181/2013

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária dos Amigos de Jesus (ACAJE), de Florianópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária dos Amigos de Jesus (ACAJE), com sede no Município de Florianópolis.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 15 de agosto de 2013.

Deputado MAURO DE NADAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL DE LEI Nº 0191.1/2013

O Projeto de Lei nº 0191.1/2013 passa a ter a seguinte redação:

" PROJETO DE LEI Nº 191.1/2013

Declara de utilidade pública o Instituto Terezinha Gaio Basso - Casa de Apoio, de São Miguel do Oeste.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto Terezinha Gaio Basso - Casa de Apoio, com sede no Município de São Miguel do Oeste.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões

Deputado Mauro de Nadal

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 14/08/13

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 191/2013

Declara de utilidade pública o Instituto Terezinha Gaio Basso - Casa de Apoio, de São Miguel do Oeste.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto Terezinha Gaio Basso - Casa de Apoio, com sede no Município de São Miguel do Oeste.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 15 de agosto de 2013.

Deputado MAURO DE NADAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 195/2013

Declara de utilidade pública a Associação Protetora dos Animais Desamparados (APAD), de Rio do Sul.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Protetora dos Animais Desamparados (APAD), com sede no Município de Rio do Sul.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 15 de agosto de 2013.

Deputado MAURO DE NADAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 201/2013

Autoriza a aquisição de imóvel no Município de Quilombo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, por doação do Município de Quilombo, o imóvel com área de 765,00 m² (setecentos e sessenta e cinco metros quadrados), sem benfeitorias, matriculado sob o nº 7.595 no Registro de Imóveis da Comarca de Quilombo.

Art. 2º A aquisição do imóvel de que trata esta Lei tem como finalidade viabilizar a construção do Complexo de Segurança Pública, que abrigará instalações da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar naquele Município, tendo sido sua doação autorizada pela Lei municipal nº 2.263, de 19 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. A instalação dos equipamentos deverá ocorrer no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses a contar da efetivação da presente aquisição.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Orçamento Geral do Estado - Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Art. 4º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Quilombo.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 15 de agosto de 2013.

Deputado MAURO DE NADAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 203/2013

Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Guabiruba.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder ao Município de Guabiruba, até 31 de dezembro de 2016, o uso gratuito de parte do imóvel cuja área total é de 5.592,00 m² (cinco mil, quinhentos e noventa e dois metros quadrados), onde se encontra instalada a EEB Professor Carlos Maffezzolli, registrado sob o nº 14.513 no Registro de Imóveis da Comarca de Brusque e cadastrado sob o nº 00384 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º A presente cessão de uso tem por objetivo o atendimento do Ensino Fundamental, por meio da implantação do Programa de Parceria Educacional Estado-Município, mediante a assunção total ou parcial dos alunos do Ensino Fundamental da rede estadual pelo Município, conforme previsto no inciso V do art. 11 da Lei federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e disciplinado pelo Decreto nº 502, de 16 de setembro de 2011.

Art. 3º Findas as razões que justificam a presente cessão de uso, bem como vindo o Estado a necessitar do imóvel para uso próprio, o mesmo reverterá ao seu domínio.

Art. 4º Ocorrendo a reversão antecipada ou ao término do prazo da cessão de uso, o imóvel e suas benfeitorias passarão ao domínio do Estado, sem direito de indenização ao cessionário, em face da gratuidade da cessão.

Art. 5º Serão de responsabilidade do cessionário os custos, as obras e os riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da cessão de uso.

Art. 6º O cessionário, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta cessão de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; ou

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 7º Enquanto durar a cessão de uso, o cessionário defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo cedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 8º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei disciplinando e detalhando os direitos e as obrigações do cedente e do cessionário.

Art. 9º O Estado será representado no ato da cessão de uso pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Brusque.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 15 de agosto de 2013.

Deputado MAURO DE NADAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 204/2013

Autoriza a doação de imóvel no Município de Siderópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar ao Município de Siderópolis o imóvel com área de 1.350,00 m² (mil, trezentos e cinquenta metros quadrados), com benfeitoria, inscrito sob o nº 26.209 no Registro de Imóveis da Comarca de Urussanga e cadastrado sob o nº 4172 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º A presente doação tem por finalidade a instalação de uma unidade básica de saúde e de um centro de reabilitação física.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel;

II - deixar de cumprir a finalidade da doação no prazo de 2 (dois) anos; ou

III - hipotecar, alienar, alugar, ceder de forma gratuita ou onerosa, total ou parcialmente, o imóvel.

Parágrafo único. As disposições previstas neste artigo deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorgará ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionados.

Art. 7º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Criciúma.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 15 de agosto de 2013.

Deputado MAURO DE NADAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 218/2013

Declara de utilidade pública a Associação Olíndina Kammer, de São João Batista.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Olíndina Kammer, com sede no Município de São João Batista.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 15 de agosto de 2013.

Deputado MAURO DE NADAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 219/2013

Institui o Dia Estadual do Produtor de Tabaco.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual do Produtor de Tabaco, a ser comemorado, anualmente, no dia 28 de outubro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 15 de agosto de 2013.

Deputado MAURO DE NADAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 221/2013

Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Morro da Fumaça.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder ao Município de Morro da Fumaça, pelo prazo de 10 (dez) anos, o uso gratuito do imóvel constituído por um terreno com área de 622,75 m² (seiscentos e vinte e dois metros e setenta e cinco decímetros quadrados), contendo um prédio de alvenaria com área total construída de 90,00 m² (noventa metros quadrados), matriculado sob o nº 9.327 no Registro de Imóveis da Comarca de Urussanga e cadastrado sob o nº 4438 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º A presente cessão de uso tem por finalidade a instalação de órgãos do Município de Morro da Fumaça.

Art. 3º Findas as razões que justificam a presente cessão de uso, bem como vindo o Estado a necessitar do imóvel para uso próprio, o mesmo reverterá ao seu domínio.

Art. 4º Ocorrendo a reversão antecipada ou ao término do prazo da cessão de uso, o imóvel e suas benfeitorias passarão ao domínio do Estado, sem direito de indenização ao cessionário, em face da gratuidade da cessão.

Art. 5º Serão de responsabilidade do cessionário os custos, as obras e os riscos inerentes aos investimentos necessários à

execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da cessão de uso.

Art. 6º O cessionário, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta cessão de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; e

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 7º Enquanto durar a cessão de uso, o cessionário defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo cedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 8º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei disciplinando e detalhando os direitos e as obrigações do cedente e do cessionário.

Art. 9º O Estado será representado no ato da cessão de uso pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Criciúma.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 15 de agosto de 2013.

Deputado MAURO DE NADAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 223/2013

Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Lontras.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder ao Município de Lontras, pelo prazo de 20 (vinte) anos, o imóvel com área de 450,00 m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), matriculado sob o nº 6.458 no Registro de Imóveis da Comarca de Rio do Sul e cadastrado sob o nº 0764 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º A presente cessão de uso tem por objetivo viabilizar a instalação do Centro Administrativo do Município de Lontras.

Art. 3º Findas as razões que justificam a presente cessão de uso, bem como vindo o Estado a necessitar do imóvel para uso próprio, o mesmo reverterá ao seu domínio.

Art. 4º Ocorrendo a reversão antecipada ou ao término do prazo da cessão de uso, o imóvel e suas benfeitorias passarão ao domínio do Estado, sem direito de indenização ao cessionário, em face da gratuidade da cessão.

Art. 5º Serão de responsabilidade do cessionário os custos, as obras e os riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da cessão de uso.

Art. 6º O cessionário, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta cessão de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; e

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 7º Enquanto durar a cessão de uso, o cessionário defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo cedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 8º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei disciplinando e detalhando os direitos e as obrigações do cedente e do cessionário.

Art. 9º O Estado será representado no ato da cessão de uso pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Ibirama.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 15 de agosto de 2013.

Deputado MAURO DE NADAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 346/2012

Denomina José Buss o Centro de Educação Profissional (CEDUP), do Município de Rio Fortuna.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica denominado José Buss o Centro de Educação Profissional (CEDUP), do Município de Rio Fortuna.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 15 de agosto de 2013.

Deputado MAURO DE NADAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***